

A
Poética
DA RUA

Centro de Pesquisa para o
Teatro de Rua Rubens Brito

**Políticas
Públicas
Já!**



A
Poética
DA RUA





Poética da Rua
Caderno 3 :: 2010/2011

Publicação
Núcleo Pavanelli
Centro de Pesquisa Para o Teatro de Rua
Rubens Brito

Coordenação Geral
Marcos Pavanelli e Simone Brites Pavanelli

Edição
Abaporu Comunicações

Texto Final
Douglas Salgado

Revisão
Marilena Cammarota

Projeto Gráfico/Diagramação
Maurício Santana

Registro Fotográfico
Núcleo Pavanelli e Colaboradores:

Jornalista Responsável
Celso Lungaretti
SJPESP 7.140 / MTB 13.428

Textos
Amir Haddad, Celso Oito, Charles Razsl, Douglas Salgado, Junio Santos, Luiz Carlos Checchia, Marcos Pavanelli, Simone Brites Pavanelli, Roman Lopes.

Tiragem: 1.000
Gráfica: Bartira
Papel: couchê fosco
Impressão: janeiro/2012

Distribuição Gratuita

2011! MAIS UM ANO DE REALIZAÇÕES E DE LUTAS.

A Poética da Rua é a publicação anual do Núcleo Pavanelli e, na sua terceira edição, propõe registrar as ações do grupo no projeto Centro de Pesquisa para o Teatro de Rua Rubens Brito - 4ª edição, contemplado pela lei de fomento ao teatro para a cidade de São Paulo em junho de 2010.

Registramos também as ações realizadas por grupos de teatro de todo o Brasil que têm clareza sobre a função social das artes, levando em conta os temas que mais nos interessam a respeito da organização e da manutenção do trabalho realizado coletivamente e os principais fatos artísticos e políticos que aconteceram no decorrer de 2011.

Mesmo correndo o risco de ser saudosistas, deixamos aqui a lembrança de Rubens Brito, que não está conosco mas está em nós em todos os momentos de uma investigação criativa, de luta política, e, fundamentalmente, nos momentos de afeto e generosidade.

Fraternalmente,

Núcleo Pavanelli de Teatro de Rua e Circo e Centro de Pesquisa para o Teatro de Rua Rubens Brito.



Estandarte CPTR

Aqui não, senhor Patrão!	08
Congresso de Osasco lança Carta	12
I Seminário Nacional de Dramaturgia para o Teatro de Rua	23
O Teatro de Rua tem compromisso com a Utopia	24
Ocupado! De novo!	32
Fomento Paulista faz dez anos e quem paga a festa somos nós!	37
A Cultura em Luta Pela Paz	58
Decreto municipal coloca artistas de rua em liberdade condicional	60
Certidão de nascimento ou atestado de óbito?	61
A ancestralidade que uma canção carrega	63
Escambo em Sampa	64
RBTR realiza 9º Encontro e lança Carta e Manifesto	71
Troca-troca artístico entre os grupos	76
Breviário	78
Agradecimentos	82



AQUI NÃO,
SENHOR
PATRÃO!

aconteceu

DE DEZEMBRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2011

Aqui não, Senhor Patrão!

Depois de termos montado em 2009 o espetáculo *Viva Malasartes! histórias de um povo de algum lugar*, que falava dos problemas enfrentados pela nossa sociedade de um modo geral, escolhemos como tema para a próxima montagem as relações de trabalho no sistema capitalista. A pesquisa de conteúdo foi feita durante o ano de 2010 e, no início de 2011, começamos o levantamento das cenas que foram amadurecendo em um processo colaborativo.

Calixto de Inhamuns foi o orientador de dramaturgia e Simone Brites Pavanelli assumiu a escrita do roteiro e, depois, das cenas. Marcos Pavanelli fez a direção, auxiliado por Simone, e a preparação das técnicas circenses. Charles Raszl fez a direção musical, Fernando Neves foi o orientador de Circo-Teatro e ajudou-nos na construção das máscaras das personagens e na compreensão dos tipos de cada ator.

No mês que antecedeu a montagem, recebemos alguns parceiros de São Paulo e de outros Estados do Brasil, que assistiram os ensaios abertos e fizeram suas considerações ajudando-nos a entender e encaminhar algumas questões que ainda não estavam claras para o grupo.

Nesse processo muitas questões surgiram sobre o tema, a encenação, o roteiro, enfim, concluímos uma etapa da montagem com a estréia que aconteceu dia 10 de abril no Jardim Julieta, mas iniciamos outra etapa com a circulação que veio nos dando respostas e outras dúvidas. Em dezembro de 2011, após 24 apresentações em praças das cinco regiões de São Paulo, pensamos que ainda estamos em processo e sabemos que, por cada público que passarmos, sairemos modificados e estamos dispostos a isso, a ser sempre a possibilidade do novo.

Sinopse

Um casal de trabalhadores passa pelo processo da fabricação de uma bota desde a criação do gado, a preparação do couro, até o feitiço e venda do produto final. Nessa jornada vão percebendo a desvalorização da força de trabalho em detrimento dos lucros astronômicos obtidos pelos donos dos meios de produção. Ao tomarem consciência, unem-se a outros trabalhadores na luta por uma causa maior.



Capa da programação: 5ª Mostra de Teatro de Rua Lino Rojas

O **Movimento de Teatro Popular de Pernambuco - MTP/PE** - resiste por meio de ações que propiciam levar o questionamento e a reflexão à população de Recife-PE, objetivando tratamento digno dos gestores públicos para com os grupos de teatro popular.

Nos seus vinte e cinco anos de existência, o **MTP-PE** já realizou encontros, mostras, festivais e vivências que, além de contemplarem milhares de pessoas, discutiram política cultural e o fazer artístico em seus aspectos técnicos e estéticos. O **Movimento** vem colaborando para que a população, sobretudo as camadas populares, tenha acesso aos bens simbólicos. Para os integrantes do **MTP-PE**, a rua é o espaço cênico privilegiado para que as pessoas desenvolvam uma nova leitura de mundo a partir da interação com o teatro.

Movimento de Teatro de Rua
de São Paulo

NOVEMBRO - 2010 e 2011

Participamos da programação da **V Mostra de Teatro de Rua Lino Rojas** com o espetáculo *O Básico do Circo*, na praça do Campo Limpo em novembro de 2010. Essa Mostra é resultado do trabalho e da militância de alguns grupos de Teatro de Rua de São Paulo, que não medem esforços para que ela aconteça anualmente.

Em 2010, a Mostra de Teatro de Rua Lino Rojas, em sua 5ª edição, homenageou o Movimento de Teatro Popular de Pernambuco - MTP/ PE e, em 2011 - 6ª edição, o homenageado foi Ilo Krugli - Teatro Ventoforte.

Um Ventoforte a favor da liberdade de expressão

O Ventoforte é muito mais que um grupo de teatro, ele é uma soma de acervos e ações que se desdobram durante a sua história, não só nas linguagens teatrais de espetáculos e dramaturgia, mas também nas atividades paralelas, cursos e oficinas, de grande impacto e transcendência, interagindo de forma estável nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de passagens por muitas cidades de norte a sul do país.

A partir do nosso surgimento em 1974 com o espetáculo *História de Lenços e Ventos*, em que trazíamos nossos parâmetros e sensibilidades criativas para o público de crianças e jovens. Posteriormente também para adultos, em apresentações onde muitos grupos, jovens e adultos, encontraram inspirações e experiências para serem desdobradas. Identificando-se e descobrindo-se como indivíduos capazes de se integrarem aos processos culturais, sociais e políticos das décadas de 70, 80 até os dias atuais.

No centro da nossa ação, sempre estiveram as liberdades de expressão, que podem ser deflagradas e vivenciadas nas expressões de todas as linguagens de arte para o desenvolvimento individual e coletivo.

Ilo Krugli



Arte cartaz:
6ª Mostra de Teatro de Rua Lino Rojas

MARÇO - 2011

Congresso Brasileiro de Teatro - 2011

Carta de Osasco define nossa luta

Nos dias 26 e 27 de março de 2011, a cidade de Osasco, por intermédio da Secretaria de Cultura Municipal, sediou o Congresso Brasileiro de Teatro. Proposto pela Cooperativa Paulista de Teatro, o Congresso recebeu apoio da Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR). Compareceram mais de 150 participantes de todo o país representando movimentos, redes, cooperativas, associações, sindicatos, acadêmicos, fóruns, grupos e companhias. Dos participantes, aproximadamente cinquenta eram articuladores da RBTR.

Na pauta de discussão, o destaque foi a fixação das plataformas de luta da categoria para os próximos anos com o foco na necessidade de implantação de um programa nacional de fomento ao teatro – o Prêmio Teatro Brasileiro - e nas diretrizes do Plano Setorial de Teatro que faz parte do Plano Nacional de Cultura.

Os impedimentos que as apresentações públicas do teatro de rua vêm sofrendo em todo o país também foram amplamente discutidos.

Foi decidido, por votação, que o Prêmio Teatro Brasileiro seria incluído na proposta do governo de reforma da lei Rouanet, denominado Procultura.

A decisão por votação é uma forma diferente do que acontece na RBTR, que define suas diretrizes apenas por consenso.

O Congresso foi importantíssimo para mostrar para todo Brasil que nós, os articuladores da RBTR, estamos juntos em todo território nacional lutando, pensando e criando os meios necessários para a implementação de uma política pública para as artes públicas.

O texto de acordo com sua redação original.

Carta de Osasco - Congresso Brasileiro de Teatro

O Congresso Brasileiro de Teatro, realizado em Osasco, São Paulo, nos dias 26 e 27 de março de 2011, que reuniu profissionais do teatro nacional de vinte estados e do Distrito Federal, com os objetivos de discutir e refletir sobre as atuais políticas públicas culturais executadas pelas instâncias públicas e privadas; e assegurar o debate e a implantação das propostas do setor teatral elaboradas e apresentadas à sociedade e ao Estado, ao longo dos últimos oito anos, decidiu, considerando os relatos dos congressistas que comprovam que os espaços públicos no Brasil têm sido privatizados, por meio de cobrança de taxas, proibição aos artistas de exercer seu ofício, com o uso de violência física e moral, apesar do artigo 5º da Constituição Federal Brasileira garantir o direito de ir e vir e a liberdade de expressão, entendemos que a mesma está sendo desrespeitada nas instâncias municipal, estadual e federal;

- elaborar instrumentos jurídicos que regulem a ocupação dos prédios públicos ociosos, bem como imóveis que tenham possibilidade de agregar os artistas;
- criar uma comissão para impetrar uma carta-denúncia que deverá ser entregue em audiência com a Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
- apoiar o projeto de lei federal apresentado pelo Dep. Fed. Vicente Cândido, lido em plenária, que regulamenta a garantia deste direito.

E, também, considerando os esforços realizados no Congresso Brasileiro de Teatro (1979, em Arcozelo) Movimento Brasileiro de Teatro de Grupo (anos 80), o Movimento Arte Contra à Barbárie (1998), Redemoinho (2004-2009), Rede Brasileira de Teatro de Rua (2007), que culminaram na elaboração da Lei Prêmio do Teatro Brasileiro,

- exigir, em caráter de urgência, a sua votação pelo Congresso Nacional e, posteriormente, a sua implementação pelo Ministério da Cultura;
- fazer mobilização nacional pela votação imediata do Prêmio Teatro Brasileiro.
- A plenária do Congresso Brasileiro de Teatro exige, ainda:
- aprovação imediata do Projeto de Lei PROCULTURA, no qual está inserido o Prêmio Teatro Brasileiro, com dotação orçamentária própria em Lei específica;
- a execução, pela FUNARTE, dos editais relacionados ao Fundo Setorial de Artes Cênicas;
- a definição do dia 27 de março como o Dia Nacional de Mobilização do Teatro;

Ficou decidido que a data do 2º Congresso Brasileiro de Teatro será dias 06, 07 e 08 de abril de 2012 em Brasília, Distrito Federal.

Osasco, 27 de março de 2011, Dia Mundial do Teatro.

DE ABRIL A SETEMBRO DE 2011

Oficina de Dramaturgia

Aconteceu na sede do Núcleo Pavanelli a oficina “Encontros de Dramaturgia” coordenada por Calixto de Inhamuns. Um curso voltado para dramaturgos com o objetivo de aprofundar o estudo das formas dramáticas adaptadas às circunstâncias do Teatro de Rua.

Para Calixto, essa que foi a terceira oficina do CPTR Rubens Brito avançou, pois todos os participantes, por serem integrantes de grupos de teatro, aproveitaram para aplicar o que estava sendo estudado na sua prática cotidiana o que nos leva a pensar nas outras oficinas que virão e em como torná-las cada vez mais úteis e acessíveis.

Até a próxima!

Cartaz divulgação



JULHO - 2011

III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte

*Por Simone Brites Pavanelli
Com Colaboração de
Marcos Pavanelli
Luiz Carlos Checchia
Celso Oito*

Como parte do projeto Centro de Pesquisa para o Teatro de Rua Rubens Brito, contemplado na 17ª edição da Lei de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo, o Núcleo Pavanelli realizou em junho e agosto de 2011 a terceira edição da Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte.

Por Zona Norte de São Paulo estamos compreendendo as regiões nordeste, noroeste e norte que possuem aproximadamente 2.189.273 habitantes em uma extensão de 296 km2.

Dentre os bairros que estão nessa região encontramos parceiros como CICAS, Jardim Julieta, o Sarau Poesia na Brasa, Vila Brasilândia, o Ponto de Cultura Quilombaque, Perus e o Projeto Espremedor, Vila Brasilândia, espalhados nos diferentes e distantes bairros dessa região.

Esse foi o principal motivo que nos fez ampliar os locais de realização da Mostra e fomos generosamente recebidos e incluídos na programação desses parceiros, cumprindo assim mais um objetivo que é a troca com as comunidades e os movimentos existentes nos quatro cantos da cidade.

Outro local escolhido foi o Parque Lions, no Tucuruvi, bairro onde temos nossa sede. É um parque municipal que vem recebendo constantemente apresentações teatrais, com aumento significativo de público e a apreciação geral dos frequentadores. Esse foi o ponto de partida, no dia 24 de junho, quando realizamos a primeira apresentação com nosso espetáculo de repertório *O Básico do Circo*.

Nossa charanga entusiasmou crianças e adultos que resistiram bravamente ao sol quente e à chuvinha no final. E fomos até o fim, pois, como se diz, “O espetáculo não pode parar!”.

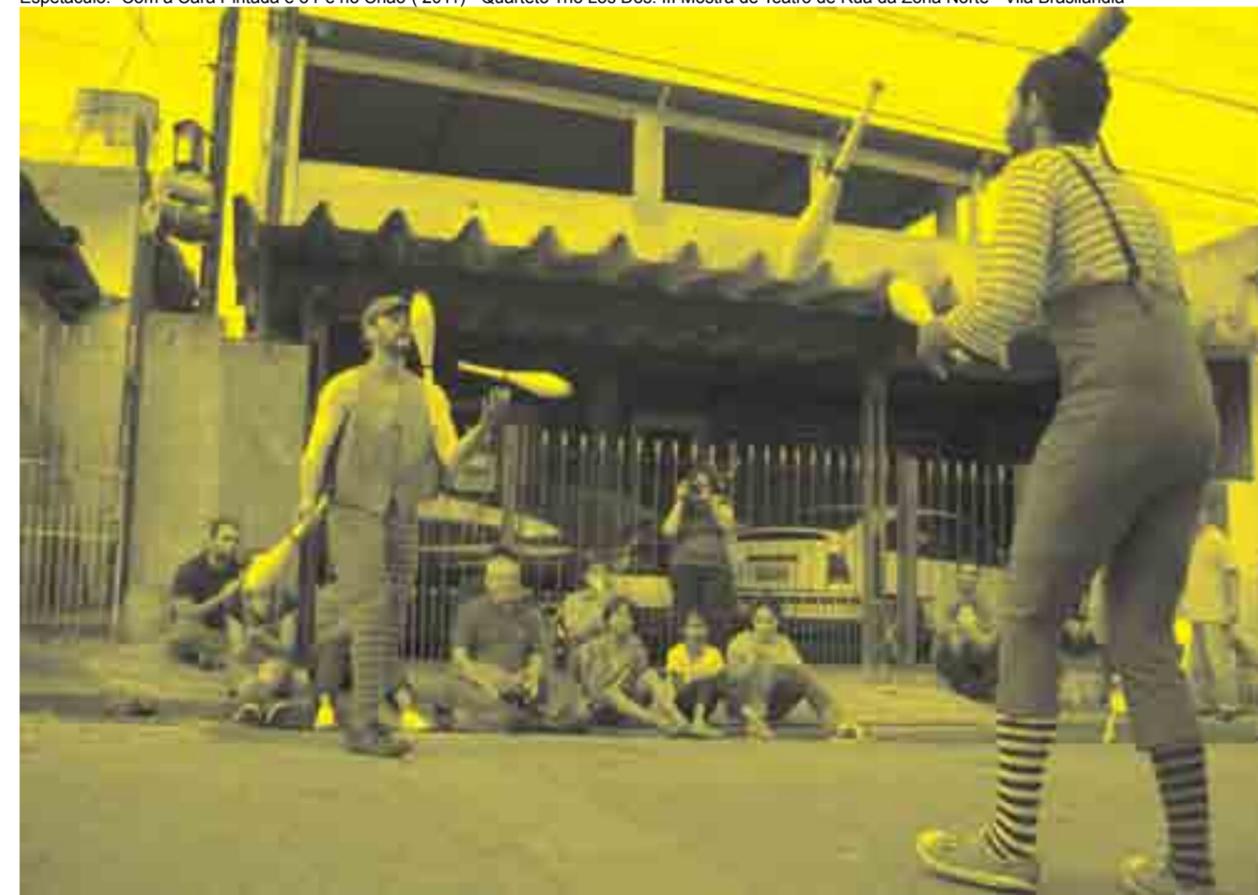
A segunda apresentação aconteceu dia 02 de julho, no 3º aniversário do Sarau Poesia na Brasa, na Vila Brasilândia, com o espetáculo *Com a Cara Pintada e o Pé no Chão* do Quarteto Trio Los Dos, de Santos, e também com a apresentação de alguns atores do Núcleo Pavanelli que tiveram suas primeiras experiências como palhaços.

O Sarau Poesia na Brasa, criado em 05 de julho de 2008, é um movimento cultural de periferia para a periferia. Tem o objetivo de produzir e divulgar a arte dentro da periferia e demais espaços onde se encontram os nossos irmãos e irmãs. Também é espaço de expressão dos periféricos; discussão e reflexão sobre a periferia. Porém é aberto a todos que queiram comungar da palavra.

Desde julho de 2008 fazem saraus regulares em um bar (Bar do Cardoso e, depois, Bar do Carlita) e também em escolas, UBSS, Unidades da Fundação Casa, Centros Culturais e em todos os espaços onde possam trocar ideias e comungar da palavra.

Seguiremos com este texto incluindo breves apontamentos sobre os espetáculos feitos pelos integrantes da oficina ministrada por Calixto de Inhamuns “Encontros de Dramaturgia”.

Espectáculo: “Com a Cara Pintada e o Pé no Chão”(2011) - Quarteto Trio Los Dos. III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte - Vila Brasilândia



Quarteto Trio Los Dos

Marcos Pavanelli

O Quarteto Trio Los Dos apresentou um espetáculo composto basicamente por esquetes tradicionais e a dupla de palhaços Chevete (Sidney Herzog) e Fusquinha (Paulo Galindo) teve como comentarista percussivo o músico Ozzy, que lá pelas tantas também entrou na roda. Um pouco intimidados no início com a distância do público adulto e totalmente à vontade quando encararam a brincadeira da rua e perceberam que, apesar de distantes fisicamente, os risos tímidos, também foram aumentando e todos estavam bem atentos à apresentação. A dramaturgia do circo, que é diferente da dramaturgia do teatro, faz com que muitos críticos teatrais cometam o equívoco de comparar e fazer críticas baseadas nos conceitos e técnicas teatrais. Aqui, temos a dramaturgia do circo com esquetes de palhaço apresentados de maneira simples e funcional, com improvisações e alteração do roteiro conforme a necessidade. A liberdade, o despojamento e a falta de compromisso, no bom sentido, é que faz um bom espetáculo encenado por palhaços. Ao final, uma brincadeira com o público acaba tirando boas gargalhadas de todos e é este o principal objetivo do palhaço e do circo: fazer o público rir e se divertir.

A terceira apresentação foi do grupo Mototóti, do Rio Grande do Sul, que no dia 03 de julho apresentou o espetáculo *O Vendedor de Palavras*, na praça Carlos Kozeritz, a Praça da Feira, como estamos acostumados a chamar. Ela está situada a dois quarteirões do CICAS, no Jardim Julieta, e as apresentações nesse local já têm um público cativo, que nos espera e cobra a próxima apresentação.

O CICAS (Centro Independente de Cultura Alternativa e Social) é um local ocupado pela juventude da zona norte desde 2008. Esse grupo transformou o galpão que antes servia de depósito de lixo, ponto de prostituição e uso de drogas em um centro cultural onde os moradores da região têm acesso à arte e à cultura por meio de aulas e oficinas, shows, mostras de fotografia e cinema, atividades infantis e, em breve, dança e esportes.

Conhecemos o CICAS em 2009 e todas as ações que realizamos no Jardim Julieta são nas praças do seu entorno, nas ruas dentro da comunidade ou no próprio galpão, como foi o caso das aulas de teatro de rua.

Espectáculo: *Isso é lá com Santo Antonio* (2011). Grupo Tá na Rua - III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte - Jardim Julieta



O Vendedor de Palavras

Coletânea de crônicas de Fábio Reynol

Celso Oito

Gostei muito do tema e da forma como o Fábio Reynol o desenvolveu em sua crônica. A crônica, quase toda dialogada, está quase inteira na parte no final do texto. Deduzo que o Rodrigo Monteiro, autor da peça, pegou a crônica e pensou em situações anteriores que desembocassem na ideia desenvolvida pela crônica.

Daí ele criou um jovem, Milho, apaixonado por palavras, que vive entre um avô inglês e uma avó alemã. Além deles, tem a Espiga que, claro, forma o “par romântico” com o Milho. Todos vivem numa pequena cidade do interior. É na relação entre esses quatro personagens (para um casal de atores) que a trama se desenvolve nos primeiros dois terços da peça. O avô e a avó, viúvos, que o Milho gostaria de ver casados, vivem às turras. A Espiga, sem uma razão muito clara, parte pra viver na cidade grande, com o pai (que não aparece) com quem irá trabalhar no mercado. A separação do casal é o gancho para o reencontro deles no final, quando Milho se torna O VENDEDOR DE PALAVRAS no mercado.

Tá na Rua

Na sequência, tivemos a oficina de Teatro de Rua com o grupo Tá na Rua, do Rio de Janeiro, que aconteceu no dia 09 de junho no colégio estadual Maria Antonieta, também próxima ao CICAS, no Jardim Julieta. E o espetáculo *Isso é lá com Santo Antônio*, do mesmo grupo.

Os participantes éramos nós, do Núcleo Pavanelli, o Grupo Teatral Parlendas, alunos do CITA, escola de teatro popular coordenada pela Trupe Artemanha e as crianças da comunidade. Os atores do Tá na Rua e o mestre Amir Haddad conduziram uma prática aberta às proposições de todos. O clima esquentou. O que nós vimos foram as nossas crianças felizes e livres, seres imensamente criativos. Elas estavam encantadas com tantas possibilidades, tudo elas podiam. Podiam pegar os figurinos, podiam vesti-los, podiam dançar, podiam ser qualquer coisa naquele momento e como elas aproveitaram! Depois da primeira hora de euforia, a energia foi se equilibrando e a brincadeira tomando um corpo cada vez mais gostoso.

No dia seguinte, domingo de manhã, o Tá na Rua levou à praça da feira a apresentação do espetáculo *Isso é lá com Santo Antônio*. O grupo chegou e, como de costume,

foi fazendo um reconhecimento do local e espalhando seus figurinos e suas fantasias pelo espaço da praça, que não é circular, nem quadrada, mas, tem muitos espaços entre espaços. O Tá na Rua tentou aproveitar cada brecha, cada árvore, cada pessoa que o assistiu nesse dia. As crianças? Estavam todas lá, mas, inacreditavelmente, sem mexer em nada, porque parece que elas compreenderam que o que estava acontecendo ali era diferente do acontecimento do dia anterior. E o espetáculo rolou.

O Tá na Rua, mais uma vez, nos deu uma lição de liberdade cênica e de relação público x ator. Os atores, apesar do cansaço aparente, foram valentes e seguiram nessa praça tão árdua provocando o espanto, a curiosidade e a festa. Viva a festa chamada teatro!

Núcleo Pavanelli

No final de semana seguinte, dia 15 de junho, foi a nossa vez de nos apresentarmos na Praça Inácio Dias, em parceria com o Ponto de Cultura Quilombaço, do bairro de Perus.

A Comunidade Cultural Quilombaço “é uma organização sem fins lucrativos que surgiu em 2005, a partir da iniciativa de um grupo de jovens, moradores de Perus, bairro periférico situado na zona noroeste de São Paulo e que concentra os piores índices socioeconômicos e culturais, onde as maiores vítimas são os jovens”.

Apesar de ser um importante polo cultural para a região, a comunidade está sendo ameaçada devido à construção de um parque linear às margens de um rio poluído, que irá desocupar grande parte do comércio e da moradia da região.

O Quilombaço está em uma frente artística permanente de resistência, auxiliando também no esclarecimento da comunidade que não tem informações do poder público estadual sobre o que de fato acontecerá ali.

O espetáculo que apresentamos foi o recém-estreado *Aqui não, Senhor Patrão!* Essa foi a 14ª apresentação e ainda nos consideramos estreando.

Tivemos nesse dia a presença dos grupos Nativos Terra Rasgada, de Sorocaba, Circo Teatro Rosa dos Ventos, de Presidente Prudente, além dos parceiros do Quilombaço.

Depois do espetáculo fomos para o galpão onde aconteceu um *Sarau Artístico* organizado pelo *Projeto Bazar*. Dentre a programação, destaque para a apresentação do vídeo documentário *CICAS* em luta pela paz, produzido pelo Coletivo Sinfonia de Cães, a participação da Escola Livre de Música São Marcos sediada na Vila Mazzei, ZN e, no fim da noite, jongo, côco e ciranda conduzidos pelo Projeto Bazar.

No domingo, 17 de junho, Circo Teatro Rosa dos Ventos levou à Praça Carlos Kozeritz, Jardim Julieta, *A farsa do Advogado Pathelin*. Com toda sua desenvoltura e senso de humor crítico, o grupo de palhaços e atores acompanhado de um percussionista, atento e talentoso, conduziram o espetáculo de forma brilhante e hilária.

A Farsa do Advogado Pathelin

Luiz Carlos Checchia

A montagem de *A Farsa do Advogado Pathelin*, realizada pelo Grupo Rosa dos Ventos, traz à tona a afirmação do sociólogo alemão Arnold Hauser¹, para quem uma obra de arte é sempre moderna, pois só podemos observá-la com olhar contemporâneo, sem que ela perca, no entanto, os significados com os quais é revestida ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que o grupo, ao reelaborar a dramaturgia desta peça, realiza uma leitura atualíssima da trama sem esvaziá-la do que pode ser considerado como o espírito de seu tempo. E que a justiça seja feita: o Rosa dos Ventos consegue esse equilíbrio entre o antigo e o novo não apenas nos conteúdos e formas desta montagem, mas extrapola-o para a maneira contemporânea e vigorosa como trata o teatro de rua, que em si é uma das mais antigas modalidades teatrais.

Espectáculo: O Básico do Circo (2011). III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte - Parque Lions - Tucuruvi



¹ Nas palavras do próprio Hauser: “cada geração vê-as [as obras de arte] com sob um ângulo diferente e sob uma nova visão (...) o significado que uma obra assume para uma geração posterior é o resultado de uma série completa de interpretações anteriores”

Ditinho Curadô

Luiz Carlos Checchia

Dia 16 de junho, no Parque Lions, Tucuruvi, o Grupo Nativos Terra Rasgada apresentou seu espetáculo recém-estreado *Ditinho Curadô*, em um local gramado e arborizado, onde o público e os atores puderam compartilhar esse momento num clima agradável.

Ditinho Curadô é tramado numa narrativa de roupagem popular, ao menos à primeira vista, porque há em sua estrutura complexidades e desenvolvimentos não tão comuns ao chamado teatro popular. Dentre eles é mais que relevante destacar a maneira como os santos católicos participam no cotidiano de Ditinho. É comum que ocorra em narrativas populares a intervenção divina a favor de algumas personagens; todavia, nessa peça, há um total distanciamento dos santos em relação a elas. Na verdade, em todo o transcorrer da história apenas Ditinho os ouve. Para todos os demais, inclusive o público, só há silêncio. Silêncio que somente chega aos ouvidos de Ditinho no momento em que ele mais carece do auxílio e do perdão divino.

Em *Ditinho Curadô* não há redenção, perdão nem amparo divino. Outra característica comum ao universo popular é ser constituído, sobretudo, por tipos mais do que por personagens. Se os tipos costumam representar grupos ou classes sociais, apresentando caracterização direta e sem aprofundamento da sua subjetividade, Ditinho, ao contrário disso, configura-se como uma personagem plena, possuidora de subjetividade complexa que se transforma ao longo do desenrolar de sua história. Evidentemente que tais expedientes não exilam *Ditinho Curadô* do universo do popular, mas certamente lhe conferem densidade e complexidade nem sempre presentes nesse universo, e é justamente essa sua maior riqueza estrutural: alcançar um grau de complexidade na composição da personagem título – sem a qual a peça não faria sentido – conservando, todavia, seu caráter popular.

Ditinho Curadô é uma dramaturgia sofisticada sem perder certa simplicidade narrativa que o torna popular na forma e no diálogo com seu público. Provoca questões atuais e expõe um retrato pertinente e crítico de nossa sociedade. Além disso, tem o grande mérito de questionar e não responder; deixa ao público tal tarefa. Que mais pedir de uma peça política?

Espectáculo: O Vendedor de Palavras (2011). III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte- Praça Carlos Kozeritz – Jardim Julieta



A próxima apresentação, no dia 30 de junho, foi a do espetáculo *O Casaco de Urde-males* dos grupos do Movimento Escambo de Cultura Popular. O Escambo estava percorrendo diversos estados com seu espetáculo em um projeto denominado Travessia Escambo, com saída de Natal, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo para, depois de quase dois meses, retornar ao ponto de partida. A sede do Núcleo Pavanelli recebeu os amigos do Escambo em uma semana turbulenta onde aconteceu a ocupação da Funarte pelo Movimento dos Trabalhadores da Cultura.

Quando Calixto de Inhamuns fala “O popular é uma atitude” isso fica muito claro na apresentação do Escambo. Um cortejo pela feira e Ray Lima falando poesia de cada uma das barracas. Um vozeirão! O espetáculo começa solto mas um pouco duro. O público parece que não se achegava. Brincadeiras, músicas e as chamadas de Júnio, que puxa os brincantes, vão acertando o ritmo, esquen-

tando o grupo, a praça, os passantes que foram ficando e, no fim, o espetáculo pega fogo com a cena das duas mulheres que enganam Pedro Malasartes e o levam a morte. Assim como Pedro Malasartes não desiste nunca e sempre dá o seu jeitinho, com esse espetáculo, aprendemos como brincar e dar a volta por cima apesar das dificuldades de um dia frio e de uma feira livre com gritos de “Dez maçãs por dois reais!” a cada cinco minutos.

* * *

A última apresentação que estava prevista para acontecer também na praça da feira Carlos Kozeritz, Jardim Julieta, foi transferida para o dia 14 de julho. A pedido do líder comunitário “Radião”, aconteceu no meio da rua, dentro da comunidade. Em uma travessa cheia de travessinhas, onde se concentram muitas casas onde moram crianças e adultos que freqüentam o CICAS e que receberam, na porta de suas casas, um espetáculo maravilhoso da Trupe Olho da Rua, de Santos - SP.

Em um ambiente familiar, tendo a rua fechada com a própria Kombi do grupo, o espetáculo aconteceu. A encenação tem início quando alguns atores vão até a praça da feira fazendo uma intervenção por todo trajeto, chamando a atenção para o que estava para acontecer. A Trupe Olho da Rua conta sobre a chegada dos degredados portugueses em São Vicente, litoral de São Paulo. Uma história cheia de detalhes que se perdem mas que o grupo consegue compensar com a encenação e a atuação vigorosa que prende a atenção do público que, mesmo sem entender esses detalhes históricos, entende as tramas da corrupção e participa ativamente do espetáculo, principalmente quando é provocado pelos atores que buscam propositalmente essa interação. A ocupação do espaço com vários deslocamentos da cena e a utilização da Kombi do grupo como parte do espetáculo contribuem para que a encenação ganhe brilho e faça o espetáculo ganhar uma dimensão que todo grupo que vai pra rua almeja: quebrar as barreiras entre ator e público. Isto é o teatro de Rua!

Depois de ter percorrido neste texto todas as ações da III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte, só me resta anunciar a próxima mostra e desejar que ela seja tão importante para o público como tem se tornado para nós, do Núcleo Pavanelli, e para os grupos convidados de todo país.

Trupe Olho da Rua. Espetáculo "Terra Papagalli" (2011). III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte - Rua dos Arcos - Jardim Julieta



ACONTECEU

SEMINÁRIO NACIONAL DE DRAMATURGIA PARA O TEATRO DE RUA

Filipeia divulgação

Coordenação: **Calixto de Inhamuns**
 Realização: **Núcleo Pavanelli**
 Centro de Pesquisa para o Teatro de Rua Rubens Brito



JUNHO 2011

UNESP BARRA FUNDA

Teatro Reynúncio Lima . Instituto de Artes /UNESP
 Rua: Dr. Bento Teobaldo Ferraz, 271 - São Paulo
 (ao lado da estação Barra Funda do metrô).

JUNHO - 2011

SEMINÁRIO NACIONAL DE DRAMATURGIA PARA O TEATRO DE RUA

O I Seminário Nacional de Dramaturgia para o Teatro de Rua, promovido pelo Núcleo Pavanelli de Estudos de Teatro de Rua, trouxe a São Paulo militantes e fazedores de teatro dos quatro cantos do Brasil.

De dois a onze de junho de 2011, eles se encontraram no Instituto de Artes e Cultura da UNESP e a dramaturgia foi só um pretexto. Interpretação, produção e o relato de diferentes experiências e vivências na abordagem da linguagem teatral para espetáculos de rua foram amplamente discutidos.

Quem não compareceu pôde acompanhar as sessões pela internet. E paralelamente ao lançamento desta edição de *A Poética da Rua*, está sendo lançado o Caderno do Seminário. Além da transcrição na íntegra do que foi dito nas duas sessões mais concorridas do Seminário - A conversa entre os dramaturgos e a que aconteceu entre os grupos - há artigos especialmente produzidos por alguns dos convidados.

Tema recorrente em todas as conversas foi a falta de uma Política para as Artes Públicas no Brasil. E, no Seminário, quem defendeu com mais vigor e clareza a luta pela criação e prática do conceito de Artes Públicas foi, mais uma vez, Amir Haddad.

Inspirado, Amir foi buscar argumentos poderosos na História cultural da humanidade. E como não poderia deixar de ser, na sua longa vivência teatral. Quem compareceu ao Seminário teve o privilégio de ver o pensamento em processo de um dos grandes criadores das artes cênicas brasileiras.

A Poética da Rua transformou em texto uma das intervenções de Amir. Justamente aquela em que ele condensa de uma maneira apaixonada e radical todos os argumentos a favor da Utopia.



Tá na Rua - Largo da Carioca (2007)

O TEATRO DE RUA TEM COMPROMISSO COM A UTOPIA

Amir Haddad

O Tá Na Rua, meu grupo, já tem 30 anos. É bastante tempo. O que eu aprendi nesse tempo é o caráter público da nossa atividade. E fui aprendendo cada vez mais, quanto mais eu me afastava da forma oficial de teatro que me era oferecida. Quanto mais eu buscava uma maneira minha, pessoal, de dar uma resposta a esta questão do teatro, mais eu ia percebendo o caráter público do que a gente faz.

* * *

Que é o teatro? O que eu faço? É arte pública!

* * *

Dentro de todo o Movimento do Escambo que o Junior Santos faz, nenhum grupo está pensando que vai fazer uma companhia para vender o seu produto num teatro e ganhar dinheiro. Em nenhum momento, nenhum destes meninos, que vêm de todas as regiões do Rio Grande do Norte e do Ceará, do sertão, do litoral, dos quarenta e tantos grupos que participam do Escambo. Estão todos a fim de fazer teatro! Ninguém está falando “Ah, eu vou fazer uma carreira de ator, ganhar dinheiro, virar profissional deste ofício”.

Lá no Escambo, as pessoas estão reunidas para fazer teatro, para servir às comunidades onde elas vivem. Para fazer teatro nas praças dos lugares onde elas vivem. Para sair daquela cidade e ir para outra cidade sem ganhar um tostão! E tem que cozinhar a própria comida. Estão fazendo isto por quê? Vão para as cidades, pegam as histórias.. Eu fui assistir a um espetáculo e um cara apareceu lá pra contar a história de um ladrão, que tinha roubado uma pessoa daquela cidade. A história era da cidade, o grupo era da cidade, falando para a cidade aquilo e em nenhum momento ele estava pensando em fazer uma carreira, em ir para a Globo. Ele estava fazendo teatro.

* * *

... nós não temos desenvolvido ainda um conceito de Arte Pública que consiga englobar todas as atividades de todos nós, que fazemos escambos no Brasil inteiro, que temos trocas de grupos no Brasil inteiro, que temos grupos se mexendo no Brasil inteiro. Este movimento não tem nome, não tem definição. Não se enquadra na visão de arte que a burguesia mercantilista desenvolveu e absorveu. Não se enquadra no mercado. Não é para ser vendida da mesma maneira que são vendidos os outros produtos culturais.

* * *

Sempre me perguntam: “Você é profissional?”. Dá vontade de dizer que “Eu sou profissional porque eu vivo disto”. Mas eu não sou profissional na minha escolha. O teatro não é uma escolha profissional. Eu não escolhi o teatro como carreira. Escolhi como forma de expressão. Não escolhi como maneira de ganhar dinheiro, qual é o melhor emprego, o que é que está dando mais. Não escolhi para ser artista de televisão. Não escolhi para vencer na vida. Quando eu escolhi o teatro, eu escolhi porque era a minha forma de expressão.

* * *

A possibilidade de se expressar livremente é inerente a qualquer ser humano, ao cidadão. E é uma necessidade do ser humano. E quando nós queremos trabalhar com as nossas forças mais criativas – porque faz parte da nossa natureza – nós estamos querendo oferecer alguma coisa a alguém. É um chamado muito grande para você trabalhar com essas forças. Não é um chamado qualquer de uma carreira profissional. Você tem isto. O artista tem necessidade de se expressar. O cidadão tem necessidade de se expressar. E se expressando, ele não está ali para ganhar dinheiro. Pode, eventualmente, ganhar dinhei-

Seminário Nacional de Dramaturgia para o Teatro de Rua. (na foto Amir Haddad e Calixto de Inhamuns) - Unesp 2011



ro. Às vezes precisa ganhar dinheiro. Mas a arte como produto, que você coloca ali na prateleira do supermercado e vende, isto é uma coisa muito recente.

* * *

Eu não estava pensando em ganhar dinheiro com aquilo. Depois você vai indo. “Ah, você agora é profissional, vai ganhar dinheiro”. E aquilo vai ficando dentro de você. Mas, na verdade, o chamado não é nessa direção. O chamado é para uma atividade pública, para uma arte pública.

Não é um chamado para a profissão. Não é a mesma coisa você querer fazer teatro - que é uma arte pública - e querer fazer engenharia, medicina - que são carreiras que você pode fazer com procedimentos mais certos.

* * *

Antes, os artistas eram protegidos dos reis, eram protegidos dos papas, eram protegidos dos mecenas, para fazer as coisas que eles faziam. Eles faziam as coisas deles. Eles pintavam santos, as caras dos mecenas deles, faziam as coisas deles, mas ninguém botava a obra no mercado. Faziam as grandes igrejas, os templos, tudo para consumo público! Pintavam o teto das igrejas, pintavam estátuas. Os gregos faziam coisas maravilhosas.

* * *

O Pátheron era um templo, não era um museu. As obras de arte que estavam lá não tinham o nome de obra de arte! Era o ser humano mostrando que ele era capaz de produzir beleza, e organizando esta beleza no espaço, numa arquitetura para produzir o crescimento

do cidadão que frequentava aquilo ali. Não era para ser vendido! Nós não podemos vender aquilo que a gente tem de melhor para dar. Eu não posso esquentar o meu afeto, para vender ele - de uma maneira ou de outra - para alguém que quiser comprar. O que é pior ainda. Para quem tiver dinheiro para comprar. “Para você, eu não vendo, porque não paga. Para você, eu vendo porque você paga”. Então, eu pego a minha alma, faço uma graça pra ele, porque ele paga; e esse, não. É a minha alma. É tudo de melhor que tem dentro de mim. É o melhor que todos os seres humanos têm dentro de si. Como é que eu posso pegar isto, que é a melhor qualidade humana, que é a criação e a fertilidade, e transformar isso num produto que eu ponho à venda? É possível! A sociedade burguesa faz isso. Nós vivemos neste mundo mercantilizado. Isso é vendido em todos os lugares. É tão forte que nós não temos nem mesmo um conceito de arte pública. Eu falo isso porque aqui é um encontro de teatro de rua, trabalhamos com essa doação.

* * *

Seminário Nacional de Dramaturgia para o Teatro de Rua - Unesp - 2011



Todos nós (artistas) quando saímos para os espaços abertos pensamos em oferecer o melhor de nós mesmos para a população, sem distinção de classe. A gente não separa o público que vem ver a gente na rua. Quem chegar para ver, vai ver e ser visto. Como é que eu sobrevivo desta atividade? Como é que eu posso viver a partir das artes públicas? Como é que vai um ator, um artista de teatro, exercer a sua generosidade e sobreviver num mundo como este? São questões que ficam na minha cabeça. Agora, quando eu estou livre nas ruas, eu dou o melhor de mim mesmo. E olha, quanto mais fudido, melhor eu estou para dar. Porque, às vezes, eu vou com equipamentos que eu tenho, com apoio e o espetáculo não é tão bom do que quando eu vou com a minha pobreza, com o mínimo que eu tenho. Aí, sou só eu e a minha doação definitiva que está sendo feita ali.

* * *

Que nome vamos dar às artes públicas? E que políticas públicas a gente pode estabelecer no momento em que tudo é no sentido de afunilar na privatização? A gente está aqui no sentido da arte pública.

* * *

Tudo caminha para a privatização, tudo caminha para um certo tipo de controle. Tudo caminha para um certo tipo de apoio. Tudo caminha para um certo tipo de edital. As Políticas Públicas todas são feitas para as Artes Privadas. E nós não temos Políticas Públicas para as Artes Públicas! Nós não temos sequer um conceito de Arte Pública pensado ou desenvolvido.

* * *

Nossa atividade é de Arte Pública. Nós vamos para as praças, nós vamos para as ruas, nós oferecemos o nosso trabalho. Nós achamos que existe uma quantidade grande de doação que é possível ser feita em contato direto com a população. Nenhum grupo de teatro de rua tem esta ideia de se trancar e vender ingresso. A gente vai para a rua e muitas vezes acha que tem dinheiro, acha que quer, acha que merece - e merece! Mas não ter dinheiro não impede a gente de fazer, de ir para a rua e fazer. É um chamado muito grande.

* * *

Tem a coisa, que é a ideia dominante no momento, mas tem o fluxo que foi falado aqui, que é o popular, que você não vê, que você se utiliza dele e não se dá conta. Que ele é eterno e em perpétuo movimento e traz a ancestralidade. Ao mesmo tempo, que o mundo na sua superfície, caminha para um fascismo violento, para uma segregação violenta, para uma privatização violenta, cada vez mais os mercados sendo restritos, os povos se defendendo, as etnias brigando... O monoteísmo é foda! Dá muita guerra o monoteísmo. Porque cada Deus é o melhor Deus e, aí, em nome dele se faz tudo! Quando o mundo caminha para uma segregação grande, para um saneamento violento, um fascismo que cresce dentro de cada uma das pessoas. Os gover-

nos falam “Não sou fascista!”. Mas cada uma das pessoas, pelo medo, pela ameaça, pela falta de perspectivas, vira fascista! Vira nazista e quer eliminar o inimigo, eliminar a diferença. Só quer conviver com aquilo que é igual a eles mesmos. Então, neste momento que o mundo vai mal, também tem um movimento novo, de coisas novas que vão acontecendo. E eu acho que o Movimento de Teatro de Rua faz parte dessa novidade. Da possibilidade de um aceno para um futuro diferente que este presente quer nos oferecer.

* * *

(Teatro de rua) é um chamado verdadeiro que não é voltado para a profissão.

* * *

Este presente nos propõe um futuro de cartas marcadas. Mas se nós estamos trabalhando na rua, certamente estamos sonhando outro futuro. Um futuro onde esta possibilidade pública, generosa, realmente democrática, possa existir e onde a produção cultural - que é o melhor que o ser humano pode fazer - não seja transformada em um produto de mercado. Que eu não precise esfaquear a minha alma para vender um pedaço dela aqui, outro ali. Eu acho que o teatro de rua tem essa característica pública e é um anúncio de possibilidade de modificação no mundo.

* * *

O fascismo vai avançar, o Sarkozy (Nicolas) vai avançar. O Obama (Barack) vai ser cada vez mais obrigado a fazer o que ele não quer fazer para ver se consegue se reeleger. Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda [nações] sendo devoradas pelos banqueiros. É a pior coisa do mundo! Esses países à beira da falência porque



Espectáculo: Aqui não, Senhor Patrão! Núcleo Pavanelli - Largo Santa Cecília - São Paulo 2011

não têm dinheiro para pagar os juros dos banqueiros. E todo mundo falando: “Corta do povo!”, “Corta do salário do trabalhador!”, “Corta na vida das pessoas!”. Para quê? Para pagar os juros dos banqueiros - os bancos! Esses países estão à beira da falência porque não têm dinheiro para pagar os bancos e estão ali numa situação destas. Que mundo é este?

* * *

Nós podemos ser uma possibilidade para um mundo melhor! Para uma redenção. Eu acredito no teatro de rua como essa possibilidade! Porque é uma arte que se faz publicamente, desinteressadamente, por necessidade absoluta de cada um de nós. Não acredito que tenha um grupo de teatro de rua - por pior que seja - que não tenha uma utopia na cabeça. Mesmo aquele que não está seguro do que está fazendo, mesmo aquele que não pensa nisso, ao fazer teatro de rua e ir para a rua, tem uma utopia na cabeça. Sair dos espaços fechados e se exercitar no espaço público, isso já significa um compromisso com a utopia. Todos nós temos isso e todos nós queremos oferecer o melhor de nós mesmos para a melho-

ra do mundo onde a gente vive. Para isso, é preciso desenvolver políticas públicas para as Artes Públicas. É uma coisa que nem passa pela cabeça dos governantes de ter políticas públicas para as Artes Públicas. A gente mesmo fica exercendo isso e trabalhando, como se a gente fosse privatizado. Nossa alma privatizada, nossos afetos privatizados, nossa atividade privatizada, competindo com o mercado e sempre recebendo a pior parte porque seremos sempre menos, porque não somos o que somos. Nós somos uma coisa que parece que é o pior, porque somos comparados com o que eles acham que é o melhor. Mas isso não é verdade porque nós trazemos uma possibilidade nova. Nós trazemos o que o *Tá na rua* faz sempre. Trabalhamos no presente para um outro futuro. Pensamos que as coisas estão deste jeito, mas poderão ser de outro.

* * *

Se cada um de nós comprasse essa ideia de Arte Pública e, em vez de pedir dinheiro para o governo, pedisse políticas públicas para as Artes Públicas. No momento a coisa que é essencial na minha cabeça agora é essa: Políticas Públicas para as Artes públicas! Como é que a gente pode fazer isso? Como é que a gente reivindica isso?

* * *

Pensem nos grupos que trabalham nas praças públicas, nas ruas, que se oferecem para a cidade, que vão ao encontro da população, que não discriminam o seu público, que procuram modificar a cidade de uma maneira geral. Pensar em políticas públicas de ocupação dos espaços públicos, de abertura e limpeza das praças, ver gente nas ruas. E também no sentido de que cada um de nós faça uma reflexão sobre a nossa prática. Se nós nos encararmos também como executores de uma arte pública, nós vamos ter uma visão melhor da gente mesmo. Ficaremos menos prisioneiros da coisa do artista que não sabe direito o que está fazendo, que não se define na sua prática. E nós vamos sempre estar nos sentindo, por causa deles, piores em relação aos outros artistas. Porque todo mundo sabe que você faz. Se perguntam: você é ator? Sou! O que é que você faz? Teatro de rua! Nego já vira a cara prá você! Para mim é o que há de mais moderno, mais avançado, mais instaurador de uma possibilidade de futuro prá gente.

* * *

Pensar políticas públicas para as Artes Públicas significa pensar o mundo de outra maneira. No momento em que se pensa o mundo com a ideia de limpar ao máximo a cidade, não deixar ninguém ir para as praças e atrapalhar e botar polícia. Mas se a gente tem um conceito de Arte Pública, uma ideia de como estimular as políticas públicas para as Artes Públicas, provavelmente seremos obrigados a pensar a cidade como ela é! No movimento de teatro de rua já se faz muito isso.

* * *

As cidades começam agora a se dar conta que elas precisam se humanizar. Uma cidade como São Paulo faz muito bem em fazer o “Viradão Cultural”, fazer eventos espor-

tivos enormes. Porque viver numa cidade deste tamanho, se você não tiver essas coisas, fica muito difícil viver. E essas são maneiras de acalmar o cidadão. Mas pode ter outra maneira que é a de provocar o crescimento do cidadão.

* * *

Eu não quero dinheiro prá nada. Eu detesto quando me dão dinheiro - apesar de precisar de dinheiro para viver - porque cada vez que me dão dinheiro, ele vem com tanta complicação, tanto tolhimento, que eu gostaria de não precisar desse dinheiro. Gostaria que todos os meus atores fossem milionários de forma que não precisassem de mais nada na vida e pagassem o meu salário.

* * *

A Lei de Fomento de São Paulo é um avanço grande nessa direção porque os grupos que são contemplados se oferecem para a cidade. Eles não vão atrás de bilheteria, não estão buscando isso e precisam desse apoio para exercer a sua função. Não é mais a mesma coisa de dar o dinheiro para uma companhia teatral. Está dando o dinheiro de uma forma muito melhor. Mas ainda não tem o conceito de artes públicas funcionando.

* * *

Acho que a gente deveria trabalhar por um conceito de artes públicas, dar esse nome à nossa atividade. É bom porque pode conseguir políticas interessantes e a gente não precisaria vir sempre a reboque do pensamento da cultura oficial. Nós somos de outro setor, outro departamento e estamos andando para outra direção completamente diferente da que avança aquela. Se a gente consegue fazer passar uma ideia dessa, avança muito.

* * *

A arte já foi pública, se privatizou e ela deverá novamente se tornar pública. De que maneira, não dá para a gente dizer agora. Eu lembro quando era somente eu, o Junio Santos e mais umas poucas pessoas. E agora, já é uma quantidade enorme. Isto significa uma coisa nova. Significa uma possibilidade de enfrentar o latifúndio cultural, a tsunami cultural que passa por cima da gente, devastando tudo. Então vamos fazer a nossa onda.

* * *

Há um mês, eu não teria coragem de falar isso, tal era a minha angústia e o meu sufoco no Rio de Janeiro. Porque eu me via tolhido, impossibilitado de ir para as praças. Essas coisas todas. Isso demorou muito. Eu tive uma briga com a secretária de cultura, isso é público, todos vocês sabem. Xinguei o prefeito. Eu estava muito amarrado. Agora trocou o secretário de cultura. É o Emílio Calmom, paulista. Ele me encontrou, me cumprimentou e disse: "Não lembra de mim?" Eu disse: "Estou lembrando..." Ele disse: "Adoro o seu trabalho!" E eu falei: "Não acredito!" Foi numa festa. Três semanas depois, ele me telefonou dizendo que iria reinaugar a Praça Tiradentes e queria que eu fizesse a festa de reinauguração. É, para mim, um reconhecimento enorme.

* * *

Eu sempre quis tomar conta de todas as praças do Rio de Janeiro. Queria administrar aqueles espaços culturais. Lancei a ideia de sedes públicas para os grupos, onde cada um assumiria uma praça. Ele toma conta daquela praça, a prefeitura ajuda. Sempre imaginei isso. Mas é difícil de andar. Aí, o cara chega e

me chama para fazer esse evento, essa festa. Estou falando isso, porque eu estou fazendo legal. Porque o Tá na rua faz desde rodinha com três atores e um tambor, até uma festa, como as de Mossoró, que trabalhei com cinco mil, seis mil pessoas.

* * *

A gente não ficou no aperto, eu fui avançando, avançando, ocupando espaços, mobilizando tudo, até chegar a uma ideia de uma cidade luminosa, uma cidade feliz, que se manifesta através das artes. Esse é um sonho que eu acho que um dia pode acontecer. Uma cidade etérea, uma cidade iluminada. Por isso fui trabalhando assim. E agora veio esta chance e o meu roteiro da festa é muito bom! A festa que eu escrevi. Eu fiz a dramaturgia do evento inteiro. É um espetáculo! Um espetáculo que dura 12 horas. Começa às 10h da manhã e termina às 10h da noite. É um espetáculo formado de muitos espetáculos. Convidamos várias coisas que achamos interessantes, justapusemos elas, fizemos um roteiro, uma dramaturgia, Pura dramaturgia! Tem uma dramaturgia enorme em torno do evento e além de tudo, teremos os atores treinados pelo Tá na rua que já passaram por nós. Cerca de 60 atores, que irão conduzir a festa o tempo todo. Desde a hora em que ela começa até a hora em que ela termina.

* * *

Se isso der certo, eu já posso falar de Arte Pública, em cobrar do prefeito, lançar essa ideia. Falar que o Brasil tinha que sair na frente - nós temos que sair na frente mesmo. Não temos que ir a reboque de nada. Que nós podemos propor políticas públicas para as Artes Públicas. Isso é muito bom.

* * *

O Brasil vai fazer a Copa do Mundo. O Brasil vai fazer as Olimpíadas. É hora de se pensar nas Artes Públicas! Porque senão o que é que nós vamos oferecer para as pessoas? Ivete Sangalo, Ivete Sangalo, Ivete Sangalo, Luan Santana, Ivete Sangalo, Ivete Sangalo, Ivete Sangalo, Luan Santana, Ivete Sangalo... o tempo todo! Quantas Ivetes Sangalos você pode oferecer como show? No Rio de Janeiro, é esta a variedade de artista. Pensar em artes públicas para os novos tempos que o Brasil vai enfrentar.

* * *

Eu acho que políticas públicas para as Artes Públicas é uma coisa que ninguém pediu!

A gente pede dinheiro! Tem que pedir política sem se submeter ao que eles falam!

Tentar mudar esse pensamento, também. Será que este Ministério é capaz de ouvir uma demanda desta natureza? Acho que a gente tem que começar a pensar nisso, talvez juntar mais gente e discutir. Colocar o conceito de arte pública. Melhorar a nossa prática teatral, melhorar a generosidade que está por trás e por baixo de toda a nossa prática e avançar!

* * *

Adorei ficar aqui estes três dias entre os meus pares. É ruim ficar sozinho, isolado. Aqui a gente vai conversando... prá tentar vencer esta solidão. E nos organizarmos em movimento pelas artes públicas num país que já é muito privilegiado por políticas públicas para as Artes Privadas!

Obrigado.

JULHO - 2011

Ocupado! De novo!

Com a nova ocupação do prédio da Funarte, decidimos dialogar diretamente com a Sociedade

“Trabalhadores da Cultura! É hora de perder a paciência!”. Com essa palavra de ordem, nós, militantes do teatro e das artes, ocupamos o prédio da Funarte em São Paulo, no mês de julho.

Foram oito dias de intensos debates, conversas para conceber e elaborar estratégias capazes de reverter o quadro atual da cultura com relação à falta de políticas públicas, principalmente para a cultura popular e as ações realizadas nas periferias de todo o Brasil. Foi um passo importante que evidenciou todas as nossas contradições enquanto movimento político e artístico.

A segunda ocupação da Funarte começou a ser pensada após longas conversas, encontros e vários cafézinhos, com representantes do MINC e da Funarte que empurravam, e ainda empurram, sua pauta única que é o financiamento das artes através da renúncia fiscal. E sua reforma que é o Procultura.

Não há espaço, nem voz para nossa real reivindicação que é o financiamento da cultura por programas públicos garantidos em lei, com dotação orçamentária própria e com a participação efetiva da sociedade civil organizada.

A opção do governo continua sendo a de priorizar projetos e ações eventuais direcionados a determinados segmentos da produção cultural.

Esse ato radical de ocupação de um prédio público do governo foi a resposta do Movimento Teatral de São Paulo aos gestores de cultura do governo federal e contou com o apoio de outros Movimentos artísticos e sociais, dos companheiros de todo país, principalmente dos articuladores da Rede Brasileira de Teatro de Rua e do Colegiado Setorial.

Abaixo, a Carta que dirigimos à sociedade brasileira.

Texto de acordo com a redação original**Carta de esclarecimento sobre a ocupação da Funarte**

Movimento dos Trabalhadores da Cultura

Primeira carta aberta produzida pelo Movimento dos Trabalhadores da Cultura como esclarecimento à sociedade e aos representantes do Estado sobre a ocupação da sede paulistana da Funarte.

O Movimento dos Trabalhadores da Cultura vem sendo acusado pelo governo de antidemocrático e de se negar ao diálogo com as esferas representativas do poder público federal. Este breve histórico pretende esclarecer a sociedade sobre a falsidade destas acusações. É necessário compreender a história para compreender a luta.

Nos últimos nove anos, trabalhadores de teatro, organizados principalmente na forma de grupos, uniram-se nacionalmente para, entre outras coisas, discutir propostas de políticas públicas que se contrapassem aos instrumentos de renúncia fiscal utilizados pelos governos.

Esses trabalhadores da cultura, na tentativa de diálogo, manifestaram sua recusa aos instrumentos de renúncia fiscal, já que eles reduzem a arte e a cultura a um negócio de marketing, desviando recursos públicos e a responsabilidade do Estado para as grandes corporações.

Os trabalhadores da cultura abriram diálogo constante com o governo, com o Ministério da Cultura e com o Poder Legislativo.

O governo anunciou a reforma da Lei Rouanet, tecnicamente a substituição do PRONAC pelo PROFIC, mais tarde conhecido como a nova lei da cultura ou PROCULTURA.

Julho de 2011

Em 27 de março de 2009, os trabalhadores da cultura ocuparam o prédio da FUNARTE para expor que a nova lei da cultura continuava sendo um instrumento de política pública com um único programa: de renúncia fiscal e (des)incentivo ao mercado. Buscando o diálogo, questionava-se: os senhores querem nos ouvir? Ainda em 2009, formaram-se comissões mistas com representantes do governo e dos trabalhadores da cultura e, mais uma vez, apresentou-se a política de Estado defendida pela categoria organizada: criação de programas – e não um programa único – estabelecidos em leis – e não uma lei única – com orçamentos próprios, com regras claras e democráticas. Inúmeras reuniões foram feitas e o governo decidiu incluir, distorcendo, as propostas apresentadas pelos trabalhadores da cultura em sua reforma da lei de renúncia fiscal.

Em resumo, o texto apresentado pelo governo previa a criação de programas setoriais de arte estabelecidos em leis específicas. Mas o Prêmio Teatro Brasileiro, que seria apenas um exemplo disso, e que dependeria, portanto, de uma lei específica a ser encaminhada ao Congresso pelo governo, se reduz, no texto do Procultura, a uma idéia a ser regulamentada. Pelo Procultura, o regulamento pode ser via CNIC e o programa se equiparar a um edital dentro do Fundo Nacional de Cultura; ou ser um decreto de governo.

Por essas ‘pegadinhas’, acaba-se, na prática, com a idéia de um programa de Estado com orçamento próprio a ser aplicado por qualquer governo, de qualquer partido. Sem orçamento próprio e sem regras claras, tudo se reduz, novamente, à vontade e à ação do governo de

plantão, sem qualquer garantia de cumprimento e continuidade.

Outro ponto importante nas negociações foi a defesa de um orçamento mínimo para o Fundo Nacional de Cultura, que não dependesse de cada governo. O máximo a que se chegou foi à equiparação da verba disponibilizada para a renúncia fiscal com a destinada ao Fundo;

Sem arredar pé quanto ao repúdio à renúncia fiscal e negando-se a qualquer tipo de diálogo sobre este tema, mas, sim, continuando o diálogo sobre a construção de uma política pública de Estado em contraposição a uma política mercantil de cultura, as conversas continuaram.

Em 2010 o movimento continuou seu debate com o governo.

A sociedade civil participou de inúmeras reuniões promovidas pelo Ministério da Cultura: as câmaras setoriais, os colegiados, etc. O governo apresentou o plano setorial que previa, entre outras coisas, a implementação do Prêmio Teatro Brasileiro.

Diálogo constante, trabalho constante para construção e efetivação das pautas do movimento. 2010 se passou, os editais prometidos pelo Ministério da Cultura (exemplo claro do que vem a ser uma ação de governo em detrimento a uma política de Estado), não foram lançados, isto é, foram transformados num Frankstein que junta setores e atividades diversas de Artes Cênicas num único balaio, um edital único e que, ainda por cima, se evaporou no ar, não existe mais, não passou de promessa ou lançamento irresponsável. Nenhuma explicação, nenhum respeito por parte do governo e seus representantes.

Em 2011 inicia-se o que foi prometido como continuidade: Dilma Rousseff assume a presidência da República. Ana de Holanda assume o Ministério da Cultura.

Os grupos teatrais do País, com apoio de outras categorias artísticas, organizam em Osasco – SP, o Congresso Brasileiro de Teatro. Na tentativa de continuidade de diálogo foram recolocadas à Ministra e demais representantes do Ministério da Cultura as propostas já amplamente apresentadas e discutidas com a gestão anterior da pasta. A ministra publicamente disse que os artistas não precisam de tanto dinheiro para fazer arte e que apoiava nossa propostas.

O governo mantém as políticas públicas de incentivo ao mercado por intermédio da lei de renúncia fiscal, a lei Rouanet.

O Ministério da Cultura tem sua verba contingenciada, passando dos já insuportáveis 0,2% do orçamento da união para os inadmissíveis 0,06%.

Em julho de 2011, os trabalhadores da cultura perdem a paciência e ocupam novamente a FUNARTE exigindo o cumprimento de suas reivindicações históricas, contidas no manifesto *É Hora de Perder a Paciência* – disponível no site www.culturaja.com.

Saída da Funarte após a segunda ocupação, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores da cultura de São Paulo, em julho de 2011



Que se diga, mais uma vez:

1. o que se defende é uma política pública de Estado, e não apenas de governo, estabelecida em leis com regras claras e democráticas, e com orçamentos próprios, o que obrigaria os governos, como Poder Executivo, a executá-las. O que se defende é uma abertura para programas e não um programa único como o incentivo fiscal. O que se defende são leis – a serem construídas no tempo – e não uma lei única como o Procultura. O Prêmio Teatro Brasileiro é um projeto de lei desta natureza e foi entregue ao governo para que ele o encaminhasse ao Congresso Nacional como UM exemplo disso, a ser seguido por outros, e não como um programa único de teatro. Mas o governo finge que não entende isso e não toma nenhuma providência para encaminhá-lo ao Legislativo;

2. o que se defende é um Fundo Nacional de Cultura, que não é programa mas um instrumento contábil para a ação dos governos, com orçamento e regras claras estabelecidas em leis; que seja administrado através de editais, que serão sempre refeitos e discutidos, tendo um caráter conjuntural, ao contrário dos programas acima, que têm caráter estrutural e estruturante, caráter de continuidade.

Frente à grandeza dessas propostas, o Presidente da Funarte vem oferecer Prêmio Myriam Muniz, Mambembão, liberação de recursos para pagar dívidas vencidas... E diz que isso é diálogo. Vamos falar sério?

O diálogo foi mantido durante anos, nossas pautas continuam sendo dinheiro público para a arte pública. Estão amplamente apresentadas em nosso manifesto, anteriormente divulgado, e claramente organizadas em nossas propostas de leis também apresentadas aos órgãos que compõem o governo.

Aos representantes do Estado exigimos impacientes que cumpram nossas exigências.

FOMENTO PAULISTA FAZ DEZ ANOS E QUEM PAGA A FESTA SOMOS NÓS!

O Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo, que virou paradigma e é exemplo de financiamento público para as artes do país, continua a sofrer com a intolerância e a falta de vontade do poder público em apenas cumprir a lei, criada e elaborada pela classe teatral da cidade e a colaboração de outras parcerias.

Em 22 de fevereiro de 2010, foi lançado o decreto 51.300. Ele enquadra a lei de fomento na categoria de contratação via convênio o que aumenta a carga tributária, burocratiza o processo de contratação e prestação de contas, dificulta o acesso e atrapalha o desenvolvimento dos projetos apresentados pelos grupos.

Os Movimentos organizados da classe artística elaboraram um documento encaminhado à prefeitura de São Paulo, questionando a inclusão do fomento nesta categoria de contratação. Estudo feito com acompanhamento jurídico chegou à conclusão que o decreto 51.300 fere o espírito da lei.

No aniversário de dez anos da Lei do Fomento, *A Poética da Rua* reuniu três militantes para um papo franco sobre este e outros incentivos à cultura. Eles detonam o jogo podre dos governantes.

Além de leis, o trio é pós-graduado nas mutretas & artimanhas de quem senta com o Poder para impedir que as nossas conquistas avancem.

Com vocês, Osvaldo Pinheiro (Osvaldinho), da Cia. Estável de Teatro, e diretor da Cooperativa Paulista de Teatro. Fernanda Azevedo, da Kiwi Cia. de Teatro, e também Diretora da Cooperativa Paulista de Teatro. E Natália Siufi, do Grupo Teatral Parlandas.

Do Núcleo Pavanelli, compareceram ao papo Marcos Pavanelli, Simone Brites Pavanelli, Mizael Alvez e Cristiana Fabrício.



Manifestação da classe artística contra o decreto 51.300 na Câmara Municipal de São Paulo

Lei proposta e elaborada pelos trabalhadores da cultura é única

Fernanda - O Fomento ao teatro aparece a partir do Movimento Arte Contra Barbárie em resposta a todo esse movimento que vem acontecendo dentro do mundo ocidental da neo-liberalização das coisas. Então, ele é muito importante, pois é o único exemplo verdadeiro que temos hoje, no Brasil, de uma lei proposta e elaborada pelos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, que trata nosso trabalho não como mercadoria, mas como um direito da população.

A Lei do Fomento é votada em 2001 e implementada em 2002. Desde o primeiro momento que o Fomento nasce ele já começa a sofrer ataques. Mesmo antes de a Marta Suplicy (Governo do PT) sair, já surgiram problemas. Quando entra o José Serra (Governo do PSDB), a Prefeitura tenta parar com o Fomento e não consegue por conta da articulação e da mobilização dos grupos e movimentos. A gente só vem sofrendo ataque, um atrás do outro. Como eles não podem acabar com a lei, porque ela foi votada na Câmara, eles tentam burocratizá-la.

Até a décima edição era feito uma espécie de edital/chamamento, pois a lei em si já é o próprio edital. Foi a partir da 11ª edição que a Secretaria Municipal de Cultura criou a possibilidade de utilizar o edital como instrumento para criar novas regras em cima da lei.

Pavanelli – Legislar por edital.

Fernanda – Isso, o decreto 51.300 apareceu em 22 de fevereiro de 2010, só sabemos de sua existência na calada da noite, na virada do ano, que é como eles fazem. Tanto é que estamos tomando cuidado. Aqui, na Cooperativa de Teatro, temos um departamento que lê o Diário Oficial todos os dias.

O decreto saiu justamente quando a gente estava numa negociação intensa com a Secretaria, pedindo o retorno do Fomento nos moldes da 10ª Edição. Então, acabar com o Fomento é o natural dentro da política que a gente vive não só na cidade, mas no estado e no país. Dentro da lógica das esferas do poder, existir uma lei como o Fomento é uma aberração, se comparado à maneira como a cultura vem sendo tratada em todos os níveis.

Osvaldinho – Acompanhando essa trajetória, percebo que é o primeiro momento que temos, na história, brasileira um marco e um fato concreto: o ter conseguido arrancar da administração pública uma verba destinada à cultura. Que tem dotação orçamentária própria e que foi proposição de uma categoria organizada. Isso é muito importante, porque normalmente os editais, os programas, vêm de cima pra baixo. Fingem sempre nos escutar e lançam como querem.

Questões a serem superadas

Oswaldo – A lei do Fomento ao Teatro só contempla 30 grupos por ano e isso tem gerado um problema, pois existe um campo muito fértil em São Paulo para a criação de novos grupos de teatro que se formam dentro do pensamento de pesquisa continuada. Esse

problema acontece porque não conseguimos fazer com que nossas proposições para avançar e ampliar a lei sejam aprovadas. O que as administrações pretendem é restringir a autonomia dessas pesquisas espalhadas pela cidade. Nem todos os grupos vão conseguir ser contemplados. Se não entendermos este processo, isso pode acabar nos dividindo. Nossa luta deve seguir no sentido de aprovar as proposições citadas.

Estamos agora na pesquisa para publicação do livro de dez anos e conforme os dados que reunimos até o momento, temos comprovado uma coisa que vem sendo questionada por alguns de que “a lei tem contemplado sempre os mesmos grupos”. Isso não é verdade. A gente tem um levantamento histórico e metade dos grupos contemplados são grupos mais antigos e a outra metade são grupos mais novos, mas que se apresentam com proposições de pesquisa continuada.

O Fomento como Convênio: A quem interessa?

Osvaldinho – Pois bem, já sabíamos que a perseguição constante iria acontecer exatamente por não se tratar de uma proposição do governo, da administração pública e sim dos artistas em luta e suas parcerias. O último ataque que tivemos foi a criação do decreto 51.300 que estabelece a relação do Fomento como Convênio e isso traz implicações para o programa: aumento da carga tributária, rigidez na prestação de contas, formulários padronizados, etc. Antes era prestação de serviços. Essa foi a forma encontrada por esta administração para burocratizar a lei.

Os Movimentos organizados e entidades da categoria artística - Roda do Fomento,

Movimento 27 de Março, Movimentos da Dança e Cooperativa Paulista de Teatro - fizeram várias reuniões com os gestores da atual administração, com o Prefeito, com o Secretário de Negócios Jurídicos e seus assessores para tentar revogar esse decreto. E o que conseguimos até o momento com relação ao decreto foi uma minuta proposta pela Assessoria de Negócios Jurídicos e pela Secretaria Especial de Relações Governamentais (Assessoria direta do Prefeito) que desburocratiza um pouco aquilo que eles burocratizaram.

Fernanda – O máximo que eles conseguiram nos propor foi isso. Segundo a Secretaria e a própria Prefeitura é como se estivéssemos ilegais, como se a nossa forma de funcionamento (prestação de serviços) até então fosse ilegal. E que, na arrumação da casa que eles estão fazendo, do jeito deles obviamente, se a gente não estiver legalizado, eles não terão como nos pagar. Então, a forma deles de legalizar as coisas é através desse tipo de relacionamento, que é o convênio. Agora, é engraçado, porque tem algumas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que não entram nisso. Então, isso tudo depende do interesse político.

Nossa mobilização obrigou o Prefeito a se mexer

A luta relativa ao decreto começou há mais de um ano e meio e daí conseguimos chegar até a Câmara dos Vereadores e pegar assinaturas com os parlamentares para fazer um decreto legislativo. Pegamos assinaturas para derrubar o 51.300 ou, pelo menos, para retirar o Fomento de dentro. E começamos a conseguir muitas assinaturas de vereadores a nosso favor. O Prefeito (Gilberto Kassab, na época ainda no DEM), que até então não queria nos receber, quando soube que estávamos quase conseguindo as assinaturas necessárias para o projeto de lei, nos chamou para conversar. E sinalizou que brindáramos um final feliz nessa história. Daí começou todo um processo burocrático de conversa com o seu assessor Malufinho que é o braço direito do Prefeito Kassab.

Ele não é nada do [Paulo] Maluf. É um nome comum, Malufe com “e” no final. Nos reunimos com o departamento de Negócios jurídicos, diziam que teríamos uma resposta muito rapidamente e, nessa negociação, demoravam de dois a três meses para nos receber e ainda estamos neste infeliz processo.

O brinde que não chega nunca!

Osvaldinho – Aconselhados por um vereador de que através da conversa com o Prefeito seria mais fácil conseguirmos a tal exclusão de itens da lei de dentro do decreto fomos a ele e a resposta foi: “Acho ótimo o Programa, concordo com tudo o que vocês falaram e vou propor três reuniões: uma com o Malufe (seu assessor); outra com o Lembo (Negócios Jurídicos) e a última, comigo, o Kassab, o Lembo e o Malufe para em seguida a gente brindar”. Essa foi a resposta que tivemos e estamos até este momento esperando o tal brinde que não chega nunca.

Recentemente nos propuseram uma minuta que não nos deixa tão felizes, mas que faz com que eles recuem, até certo ponto, das regras do decreto 51.300.

Em se tratando de aspectos mais técnicos é bom saber que no Fomento a gente contribuía com 11% de INSS. Com o decreto passamos a contribuir com 20%. E, pela minuta proposta, os grupos fomentados voltam a pagar os 11% e o restante eles assumiriam, ou seja, pagariam o que está faltando: os 9%. Mas nós sabemos de onde vão sair esses 9%, provavelmente da verba do próprio Fomento. Então, é menos dinheiro para o programa, porque teremos que orçar esse imposto no próprio projeto. Não conseguimos firmar e entender isso ainda, mas a próxima reunião será marcada exatamente pra gente entender esses imbróglis.

A COOPERATIVA E O FOMENTO.

Fernanda – Eu e o Osvaldinho estamos dentro de alguns movimentos e lutas por políticas públicas de cultura, assim como somos parceiros de outros movimentos sociais. São eles: Roda do Fomento, 27 de março, Movimento de Teatro de Rua, Movimento dos Trabalhadores da Cultura, etc. E acho que a nossa presença nessa diretoria se dá também por conta dessa relação. A Cooperativa deve, por conta de todo seu histórico, no mínimo, apoiar os movimentos e este é um dos nossos trabalhos aqui dentro.

Osvaldinho – A nossa função aqui é fazer uma ponte entre esses movimentos e a Cooperativa, porque durante muito tempo a Cooperativa esteve apartada dessas lutas e nós entramos aqui justamente para isso: unir forças. Quando a gente marca este encontro, existe uma preocupação muito grande de trazer a dança junto a essas questões, porque não estamos falando de um único programa do Teatro. Quando existe perseguição a qualquer conquista que seja, a outros programas, etc., como o VAI*, por exemplo, a gente também sai em defesa.

Fernanda – E jogar a gente para o “juridiquês” é a especialidade do poder público e, aí, eles ganham, porque na verdade eles têm seus departamentos jurídicos especializados em complicar a nossa existência. Os caras trabalham com dinheiro, toda máquina pública a favor deles.

Existe uma diferença da gente para o Rio de Janeiro. Eu sou carioca e o Amir é super respeitado nessa briga também, mas o que falta no Rio de Janeiro é uma cooperativa de teatro. Eu acho que temos muito a caminhar com nossa Cooperativa, mas bem ou mal, a gente se entende coletivamente. Trinta e um anos, mesmo brigando, arranjamos uma forma muito interessante de trabalho. Talvez por eu ser do Rio de Janeiro, e porque lá não tem cooperativa, eu dou uma super importância pra isso. E, num determinado momento, percebemos que não bastava sermos somente coletivos (grupos de teatro). A gente precisava de um grande “coletivo de coletivos” para firmar nossas posições políticas. E se pensar que estamos numa cooperativa sem fins lucrativos, não estamos trabalhando a partir do grande deus mercado, que tem como principal objetivo o lucro, a princípio, isso já é bem significativo, pois propomos uma ruptura no modo de funcionamento padrão do capital.

Decifrando as armadilhas da burocracia.

Osvaldinho – Voltando ao que estava dizendo sobre a minuta, outra coisa importante de falar é a questão da prestação de contas. Um dos recuos deste documento é concordar com que a prestação de contas passe a ser como era no início do programa. Prestávamos contas na Cooperativa, as notas ficavam aqui por até cinco anos. Caso precisassem (o Ministério Público ou outros departamentos), a gente levaria essas contas pra Secretaria e lá eles resolveriam com o departamento que solicitou. Isso volta a acontecer agora a partir da 19ª edição. Num determinado momento, tínhamos que prestar contas na CPT e, na sequência, levar pra Secretaria que detinha toda essa documentação.

Fernanda – A questão que se coloca é: se quando sai o edital com novas regras a gente entra na Justiça nos posicionando contra, eles param o Fomento e os grupos que entrariam nessa edição vão ficar atrasados meses, até mais. Se não estivéssemos nessa miséria de viver de migalha de edital que não sai; se não tivéssemos cortes no orçamento do MINC o tempo todo; se tivéssemos leis sérias, aí gente poderia, sim, entrar numa briga ferrenha e o Fomento ficar paralisado, seis meses, um ano, até a gente conseguir o que se quer. Agora, como só temos migalhas e muitos grupos apostam mais no Fomento para dar conta de todo o projeto, então, nunca conseguimos fazer esta briga de verdade. A gente não consegue paralisar o Fomento e ficamos na obrigação de aceitar a regra que eles impõem.



Manifestação da classe artística contra o decreto 51.300 na Câmara Municipal de São Paulo



Infelizmente, estamos trabalhando como convênio. Já estamos pagando 20% de INSS, estamos fazendo a prestação de contas na Secretaria, etc. Agora, veja bem, isso é uma coisa que sempre fizemos.

Importante vocês colocarem na revista: prestação de contas a gente sempre fez e somos a favor. Uma empreiteira, quando é contratada, quando passa pelo processo de licitação, ela não tem que fazer prestação de contas contábil de cada parafuso que usa. Porque os projetos de cultura têm que fazer?

Como é que a gente vai prever, num trabalho criativo, quantos pregos você vai usar pra construir o seu cenário, no final de um ano e meio de trabalho. Não dá. Então é essa nossa luta. Prestação de contas, a gente faz, através de relatórios. As pessoas veem que a gente fez o trabalho. E a prestação é feita aqui, na Cooperativa, claro, porque nos diz respeito. A gente é fiscalizada o tempo todo. Não tem como desviar verba. E é impressionante!

**Nossa palavra de ordem deve ser:
Fomento e Política para as Artes
Públicas Já!**

Pavanelli – Queria voltar numa coisa que coloca nosso debate acima desses itens que, pra mim, são menores. Eu fui ao Rio de Janeiro participar de uma palestra do Amir Haddad sobre política pública para as artes públicas. Ele disse que, primeiro, nós temos que entender qual é nosso trabalho. De que forma nos organizamos. Estabelecer as relações dentro do grupo e com os parceiros e, a partir daí, começar a reivindicar um programa de políticas públicas para as artes públicas. Porque quando a gente cai nesse negócio de 11%, 20% de INSS, isso é uma armadilha. Porque eles pensam que nós só queremos dinheiro. E o nosso principal objetivo é criar uma política pública para as artes, para a cultura. E eles sempre nos colocam discutindo porcentagens. Ou eles entenderam muito bem o que

a gente quer, ou ainda não entenderam, e ficam colocando a gente sempre nessa jogada.

Fernanda – A lei de Fomento vem dizer exatamente o que você está falando: que a arte que fazemos é pública. Nós somos servidores públicos. Nós não somos seres do outro mundo, especiais. Somos trabalhadores e trabalhadoras. Mas uma coisa que acho importantíssima, que é uma loucura o que o movimento de teatro conseguiu fazer. Porque a gente está numa disputa permanente de corações e mentes, é isso que o Amir está falando. Porque quem está no poder, aí estou falando de sistema, sistema capitalista e possibilidade de uma sociedade mais justa que é a disputa de corações e mentes. Se você fala de uma arte pública, você está falando de uma arte para o povo, do povo e com o povo. E isso é muito perigoso. Você está falando em consciência, possibilidade crítica de ver de fora e ver

de dentro sua própria história, a construção de uma ideia de povo, de nação. É isso que entendo da proposta quando se cria a Lei de Fomento da cidade de São Paulo. Você diz que arte e cultura não são mercadorias: que num programa público você tem que garantir acesso à produção e à fruição. E a Lei de Fomento é exatamente isso: é outra forma de ver a importância do que a gente faz dentro da sociedade. E que a consequência do nosso trabalho pode dar frutos transformadores.

Osvaldinho – Acho que no sistema capitalista não dá pra separar as duas coisas. Porque o nosso trabalho depende diretamente de uma melhor atenção à materialidade, assim como a disputa constante de mentes e corações. Se tivermos melhores condições materiais teremos melhores proposições e mais possibilidades de organização pra construção de uma nova consciência estética e política.

Ocupação da Funarte (Julho 2011)



Esta cidade mudou, a gente sabe o que é o aparecimento dos centros culturais lá na zona sul, na zona leste, no centro, na oeste, na norte a partir do fomento. E esses grupos, eles não só estão fazendo seu trabalho artístico lá, como também ocuparam espaços públicos, ou abriram galpões, ou espaços que eles dividem com outros grupos, ou com a própria comunidade, que viraram centros culturais, centros de referência das regiões, dos bairros. Que movimentam a vida desses bairros de outra maneira. Então, uma das nossas questões era essa: a gente queria também algo que mostrasse isso, que acompanhasse o desenvolvimento do investimento desse dinheiro público neste setor das artes, em especial do teatro. Essas são as reivindicações e a gente tem verba pra isso na cidade de São Paulo.

Osvaldinho – Quais avanços podemos ter em relação ao Fomento, em relação à lei? Vários. Propositura é o que não falta. O que não temos, em nenhuma esfera deste país, é vontade política. Podíamos criar outra lei intermediária entre o VAI e Fomento, mas a atual administração pública não tem vontade política pra isso.

A luta agora é ampliar o Fomento.

Pavanelli – Você disse que demos um passo. Eu acho que agora falta dar mais outro passo. O Fomento já entrou num gargalo. Então, qual o próximo passo?

Fernanda – É, os próximos passos são: aumentar a verba, aumentar o número de grupos fomentados, porque ele deu certo. Fomentou mesmo vários grupos. Tem muita gente trabalhando em vários pontos desta cidade, que não é pequena. Pensamos também na categoria dos grupos estáveis. Ou seja, temos grupos aqui, em São Paulo, que tem quarenta anos. E como é que esses grupos vão entrar num edital com grupos jovens, que acabaram de sair de uma escola - e que também tem sua importância por ter acabado de sair da escola? São categorias diferentes. Não que esses grupos de quarenta anos não tenham que apresentar seus relatórios de trabalho só porque têm quarenta anos. Não é isso. Mas é num outro nível, de uma forma diferente. Tem também a questão do acompanhamento, que nunca foi feita. Não é fiscalização, mas acompanhamento artístico, com uma equipe registrando o que está acontecendo na cidade, que garanta esse registro histórico.



Manifestação dos grupos teatrais de São Paulo por políticas públicas para cultura (2009)

ProAC:

A verba é uma merreca e os grupos ainda são obrigados a divulgar o Governo em cinco praças.

Todos – Vamos historicizar o que é o ProAC ICMS.

Osvaldinho – Na verdade, este programa, Programa de Ação Cultural, ProAC, que antes era PAC, surge como resposta ao movimento, a uma luta dos artistas na Assembleia Legislativa pela criação do Fundo Estadual de Cultura. Que proponha uma política mais avançada, uma política quase nos moldes do Fomento, com dotação orçamentária própria, corrigida por alguns índices, etc. Fizemos muitas audiências na Assembleia Legislativa com os deputados e esse projeto de lei foi barrado na administração do então governador Geraldo Alckmin. E, como resposta a essa luta, eles propuseram este programa, com alguns editais para produção e circulação. Até o presente momento, a verba pública no estado de São Paulo que de fato os grupos organizados têm acesso é esta, o ProAC. É uma verba insuficiente. São migalhas distribuídas em faixas pra várias áreas do fazer artístico.

Ocupação da Funarte (Julho 2011)



Natália – Nosso grupo pegou 50 mil pra montar um espetáculo em seis meses e circular em dois. Mas o que eles fazem é o seguinte: quando você escreve para produção, produção de espetáculo inédito, você tem obrigatoriamente que fazer de contrapartida uma pequena circulação fora da cidade onde você está. O Grupo Teatral Parlandas, por exemplo, pegou a produção de espetáculo inédito. A gente tem seis meses pra fazer. Somos cinco no grupo, mais dois convidados. Não sobra nada! A gente conseguiu setecentos reais por mês pra cada um poder ensaiar. E, aí, nos outros dois meses, que são oito no total, nós temos que circular por cinco cidades diferentes de São Paulo, apresentando o espetáculo como contrapartida do projeto. E não pode ser em São Paulo, onde a gente mora. São cinco lugares diferentes de São Paulo. Nós deixamos 2.500 reais pra circular nessas cinco cidades, já contando que teremos que ter um apoio das prefeituras locais, porque senão você não faz. E tem grupo que pega vinte mil reais pra fazer uma produção, com seis meses de ensaio, pagando os trabalhadores e ainda circulando o espetáculo depois. Então, eles dizem produção, mas é produção e circulação. É muito insuficiente o dinheiro. Isso está no edital, na contrapartida. Você já tem que mandar a proposta de dramaturgia, de iluminação, de música, de direção, de encenação, ou seja, todo material pronto que você já teve que fazer e eles não vão te pagar por isso. A pesquisa já tem que estar pronta. É a idéia do produto mesmo, da mercadoria.

Fernanda – A do produto! E pra começar, é edital, não é lei. Você visa a produção de um evento artístico e não a manutenção, a pesquisa, a existência de um grupo na cidade.

Osvaldinho – É a maluquice da contrapartida social. Ela é muito equivocada. O projeto, a ação em si, já é uma contrapartida, porque demanda relação com a sociedade. No começo do Fomento, existia muito essa noção de contrapartida como oficina, como aula. Depois de muitas discussões, conseguimos avançar pra construir o entendimento de que a ação em si já é uma contrapartida. Então, o Proac funcionar dessa forma como cita a Natália é muito equivocado.

ProAC ICMS: verba pública, gestão privada.

Fernanda – Sem contar que o ProAC ICMS tem muito mais verba que o ProAC Editais. E vem através de renúncia fiscal, é a filhota estadual da Lei Rouanet. A Lei Rouanet é federal, a maior de todas, a que deu origem à série. Depois vem a estadual que é o ICMS, vem através desse imposto. As empresas em São Paulo deixam de pagar ICMS para investir em projeto cultural. A empresa X vai e patrocina com muitas aspas aquele projeto. Coloca seu nome estampado na cara do projeto e, na verdade, todo (ou quase todo) o dinheiro é público. Assim as empresas decidem o que terá de cultura no país! A criatura passa no ProAC ICMS, é aprovado, e tem que submeter o seu projeto a uma empresa, é isso.

Tem aproximadamente noventa milhões destinados a esse tipo de mecanismo, de renúncia fiscal. Você, primeiro, passa por uma comissão, que avalia seu projeto, vê se ele está apto e etc. E, aí, você tem que ter uma empresa que se interesse. E esse interesse, grande parte das vezes, passa por uma estratégia comercial da empresa e não realmente por um interesse social.

Um excelente negócio para intermediários.

Natália – E, além de tudo, esses programas geram uma máfia. Há um mercado envolvido nisso, de captadores, de atravessadores. Então, eu pego seu projeto e eu vou captar pra você, porque você não tem contato com o setor de marketing das empresas. E tem muita gente que vive disso, são captadores de recursos. Eles arrecadam um projeto, captam a grana na empresa e 20% é deles. Ou seja, já é dinheiro do imposto e ainda entram os atravessadores. E a gente não está falando de pouca coisa, é um mercado enorme.

Fernanda – Então, o que acontece é que o ProAC ICMS tem noventa milhões e o ProAC Editais tem vinte milhões. E tem uma parte do movimento de teatro que é contra qualquer renúncia fiscal. Então, quando a gente fala da luta por equiparação, que a Natália citou agora, a gente está falando da luta para que exista mais dinheiro público usado de forma pública, que não passe pela decisão e gestão da iniciativa privada. Porque a ideia é que a renúncia fiscal tem que desaparecer ou, no mínimo, ser colocada em patamares menos escandalosos. Uma empresa que queira apoiar um projeto cultural poderia descontar algo em torno de 20% ou 30% de seus impostos e não 80%, 100% como acontece hoje em dia! E dar lugar a leis e programas públicos, com regras transparentes e critérios democráticos.

Natália – E não é impossível porque, no Acre, falamos com Lenine do Grupo Vice Versa, no encontro da Rede Brasileira de Teatro de Rua e lá eles acabaram com a renúncia municipal. A categoria conquistou fundos municipais.

Oswaldinho – A nossa luta é também pela criação de fundos, mas infelizmente o que tem acontecido é exatamente o contrário. E estamos falando de pouca grana, falando da área menos atendida pelo governo que é a cultura. Assim como na cultura eles conseguiram aprovar essa transferência de responsabilidade para as mãos do empresariado do país em todas as outras áreas também. No Esporte, na Saúde, na Educação. É dinheiro de renúncia que a gente nem consegue calcular. Então, estamos falando de trocados cuja maior parte é controlada pelo empresariado do país.

Pavanelli – Empresariado da cultura, não é?

Fernanda – Claro! E porque dá dinheiro! Agora, o que a Natália está chamando a atenção e o Pavanelli também é que, na verdade, tem jeito, sim. Tem gente se mobilizando, da mesma forma que a gente conseguiu a lei de Fomento ao teatro. Sabemos que a Lei de Fomento tem seus limites, mas ela é o exemplo de que quando a gente se mobiliza de verdade, as coisas acontecem. Isso que está acontecendo no Acre também é exemplo. As pessoas podem muito bem dizer: “Ah! Se não existisse renúncia fiscal, existiria o que?” Outras coisas! Organizados iremos propor. Nunca virá uma proposta de cima pra baixo. Nunca! Ou a gente se mobiliza ou nunca teremos nada. E esse ProAc não é o bastante. É um “cala boca”. O que poderia ter de grana nesse Fundo Estadual voltada para mais programas públicos de cultura! Mas não existe vontade política.

Ocupação da Funarte (Julho 2011)



Como entrar no sistema e não virar mercadoria?

Pavanelli – Tanto os Editais quanto a Renúncia foram construídos no pensamento mercadológico.

Natália – Sim, é reformista, a velha história da migalha. É a mesma coisa, é a nossa contradição. Se fôssemos brigar pelo que queremos de verdade, a gente nem gostaria que esse Estado existisse, que nos subsidiasse. Aí, já entra a maior contradição. Então, o que a gente faz? A gente vai tentando entrar por onde dá dentro do sistema. Conseguir minimamente um dinheiro pra existir dentro desse sistema, não sendo mercadoria. Então, o que o governo faz? Vai tapando nossa boca por onde consegue.

Nós falamos: “Queremos acabar com a renúncia fiscal aqui em São Paulo. Queremos um Fundo para gerir de forma ampla, justa, etc. Eles dizem: “Olha, isso não podemos fazer. Mas vamos por aqui: pra vocês que estão fazendo barulho vai o ProAC editais que tem uns vinte milhões, já dá pra vocês ficarem quietinhos, não?”. E, aí, o que fazer? Dizer que não queremos o ProAC? A gente não tem muita opção. Nos dão migalhas para que a política pública não seja como deveria ser, com investimento direto do Estado, com orçamento próprio. E a gente vai paulatinamente aceitando. E muitos da nossa categoria vão se acomodando, ganhando seu dinheiro e deixando de brigar por conquistas reais.

Manifesto Contra a Renúncia Fiscal.

Pavanelli – Vamos entrar agora no assunto do ProCultura. Falar do manifesto da Rede Brasileira de Teatro de Rua contra a renúncia fiscal. E querendo ou não, equívoco ou não, nós solicitamos a retirada do Prêmio Teatro Brasileiro da reforma da lei Rouanet.

Fernanda – Não tem nada de errado, mas já que a gente precisa de uma lei geral, de uma regra geral, que vai estabelecer todas as outras coisas, se ela se chama ProCultura. Ou qualquer outro nome. Eu acho que a lei que está aí se chama Lei AntiCultura, Lei Contra a Cultura. De pró ela não tem nada.

Mas, enfim, talvez a nossa luta seja para tirar a renúncia fiscal desse programa. Porque eu entendo muito bem a luta da RBTR. Todos os setores estão dizendo: “A gente consegue se unir no Prêmio Teatro Brasileiro. É o que nos une, uma forma de dar materialidade à nossa luta”. Então, ótimo.

E vocês estão dizendo: “A gente quer isso fora desse Frankenstein que é o ProCultura. Não queremos nos comprometer com este jogo mas, talvez, a gente faça um outro manifesto aí pra frente que seja maior do que isto”. Eles podem dizer que esta luta é corporativista e eu não entendo isso. No manifesto de vocês, pelo contrário, vocês estão dizendo o quanto o ProCultura ainda está comprometido com o mecanismo da renúncia fiscal, é mais do mesmo.

Para terminar o raciocínio, o ProCultura é o projeto de lei que vai regulamentar tudo que diz respeito à verba pública para cultura no Brasil e é um Frankenstein por quê? Ele, de alguma forma, tenta regulamentar esse Fundo Nacional de Cultura que é um buraco sem fundo, que ninguém sabe direito como acessar. Mas, junto, ele traz no bojo, a renúncia fiscal ainda na sua forma mais cruel. E criando, ou fortalecendo, um mecanismo chamado Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART), onde a verba vai passar pelo mercado financeiro. Estou falando de Bolsa de Valores, uma série de outras coisas: banco da cultura, etc. etc. etc. Então, o que eles estão fazendo? Eles estão fazendo exatamente a política que a Natália apontou. Para gente passar o nosso cavalo de tróia, como se ele tivesse todo esse poder - que eu nem sei se ele tem, mas enfim - para aprovar este nosso cavalo de tróia, eles estão enfiando goela abaixo da gente esse sapo boi que é o ProCultura. Vocês apoiam o ProCultura porque lá dentro está o Prêmio Teatro Brasileiro. Só que mesmo o Prêmio

Teatro Brasileiro está lá dentro sem estar regulamentado por coisa alguma, por lei, por nada. Está lá dentro sem orçamento próprio. Ou seja, a gente vai dar o nosso aval para o ProCultura, lotado de renúncia fiscal e ainda com o FICART.

Então, estamos perdendo a oportunidade histórica de pegar a categoria teatral que sempre, desde a época da ditadura militar, se mostrou politicamente avançada, estamos perdendo a oportunidade de dizer: “A gente não apoia este Projeto de lei do jeito que está, com o risco de perder o Prêmio Teatro Brasileiro. Se vocês colocarem ele aí dentro, com risco de demorar mais, a gente não apoia. Não apoia. E quer saber mais? Vamos fazer o nosso substitutivo, porque como sociedade civil, nós podemos apresentar o nosso substitutivo”.

Eles podem ignorar, mas entra para os anais da história. Teve um grupo e uma categoria que fizeram um substitutivo. E daí tiramos a renúncia fiscal de dentro do ProCultura. Ou, pra sermos bonzinhos, podemos deixar da seguinte forma: “As empresas que quiserem apoiar a cultura têm 30% de renúncia. Querem apoiar um projeto comercial, podem apoiar. Mas terão no máximo 30% de renúncia, que achamos digno, esse é o nosso substitutivo”. A gente, como categoria, cria isso e apresenta pra plenária. Mas não, a gente vive a política do medo, desde a época da ditadura.

Natália – Muitos parceiros já fizeram a análise de que vivemos o pior momento da esquerda e o que me preocupa nisso tudo é não encontrar mais, nos próprios colegas, locais de convergência de ideias. E a contradição é tão grande que a pessoa fala: “Eu sou contra a renúncia e sou a favor do ProCultura”. Então, os movimentos nacionais que existem hoje - o Movimento da Rede Brasileira de Te-

atro de Rua, o Redemoinho que agora articula sua retomada, o MTC, que apesar de ser em São Paulo teve apoio nacional quando ocupou a Funarte - não têm a capacidade de se olhar no olho e dizer: “Eu estou lutando pelo Prêmio Teatro Brasileiro dentro do ProCultura, mas é legítima a carta da Rede Brasileira de Teatro de Rua, porque entendemos que a renúncia é errada”. Não, desqualificam o discurso dos outros companheiros como se o inimigo estivesse entre nós. Vivemos um momento em que as pessoas desaprenderam o que é ética dentro da política.

No caso do Prêmio Teatro Brasileiro, a RBTR, uma base representativa, reunida presencialmente, aprovou um documento, seus nove articuladores dentro do colegiado deveriam, no mínimo, defender a posição da base. Ou, se fossem contra, darem satisfações, se justificarem, travarem um debate. Mas o que acontece é uma luta de indivíduos, ou pequenos coletivos, ignorando as bases o tempo todo.

Eu fui para Brasília com a carta da Rede e quando cheguei lá, discutindo com os companheiros, pessoalmente posso até ter achado que taticamente não foi a melhor forma de escrever o texto, etc. O texto, não o conteúdo ideológico, poderia ter sido outro. Posso ter achado isso e mudado de lá. Mas como estava pela Rede jamais poderia falar que mudei de ideia individualmente. Claro que não, eu estava por uma base.

É como se nosso discurso da Rede fosse contra a categoria teatral ou contra a cultura.

E não é. Estamos falando a mesma coisa, caminhos diferentes. Estamos num momento em que ocupamos a Funarte e

dissemos que cansamos da política do cafezinho; que faz oito anos que a gente dialoga, que a gente senta, conversa e que as coisas não acontecem.

O Osvaldinho estava falando que ficou uma semana em Brasília, aprovaram todos os nossos tópicos no plano do governo e nada. Se você pegar o plano do governo Lula e ler, é lindo, uma maravilha! Mas não acontece. Estamos falando do terceiro mandato e nada acontece. Então, tem agrupamentos que continuam querendo a política do cafezinho, mas alguns outros não querem mais essa política. O que não dá é para sermos desqualificados, atacados como pessoas que não leram, que não discutiram, que não estudaram, que só têm discurso ideológico. Isso não pode acontecer.

Ao capital tudo. Aos trabalhadores da cultura...

Osvaldinho – Na verdade sinto que estamos o tempo todo tentando entender este processo para avançar e o que podemos perceber é que, em determinados momentos, taticamente recuamos, conseguimos enxergar as nossas divergências e necessidades, etc. Enquanto isso, o governo mantém suas alianças com as grandes corporações, com o empresariado e faz questão de manter a cultura no vácuo de sempre. Nunca os bancos lucraram tanto, nunca tivemos tanta parceria com essa gente que detém o poder, o lucro. E é muito louco, porque nos deram migalhas que não tínhamos e somos quase que obrigados a dizer muito obrigado por uma coisa que é direito social, dever de todo estado, porque pagamos nossos impostos e queremos o retorno desse dinheiro na área da cultura também. Sabe por que não existe diálogo? Porque nunca existiu, é uma grande farsa, uma grande mentira.

Eles fazem toda articulação política para gente se sentir representado nos colegiados. Pensar que nossa voz está sendo ouvida, enquanto os outros levam o bolo de tudo. Isso ficou muito claro quando recentemente fomos pra Brasília. Eu ficava olhando tudo aquilo armado e pensava: “Por que estou aqui?” O que o deputado Pedro Eugênio fez? Nada. Apresentou um relatório nojento propondo algumas mudanças no projeto de lei. Ele viu que como não teria mais aporte de verba pra cultura, vinda através do ProCultura, resolveu tirar 20% da renúncia e jogar para o Fundo para que a gente se sinta representado e dê o necessário apoio a esse projeto bizarro.

É bom que se saiba que o Fundo é um mecanismo de repasse de verba. Mas como não tem previsão de valor, não sabemos o que será aplicado no ano seguinte. Mal e porcamente, ele funciona desvinculado da renúncia. Agora teremos que torcer para que os produtores captem mais grana para jogar 20% para o Fundo, pois o Ministério da Fazenda não vai colocar nem um real a mais.

Quando eles viram que isso iria acontecer, eles usaram essa estratégia de tentar unir os mecanismos para que a gente seja a favor. A proposta de 2009 era equiparar valores; que o Ministério da Fazenda botasse mais dinheiro na cultura; e que 50% fosse pra cada mecanismo. Agora, não. A gente mantém a renúncia, o ministério não coloca nada e a gente recebe 20% de migalha no Fundo Nacional de Cultura. Tudo que é de interesse do empresariado e das corporações deste país vem como lei específica. Só a luta das categorias que não pode vir.

No Prêmio Teatro Brasileiro foi redigido um item que fala de um tal regulamento que não existe. E nós não vamos ser atendidos porque é uma briga de gigantes, inclusive entre eles. Um fala uma coisa, outro deputado fala outra, e o cara só vai anotando, tentando dar uma resposta e agradar todo mundo. E não vai agradar porque não existe vontade política de enfrentamento contra o capital.

Natália – E corre o risco de chegar no último deputado e eles tirarem tudo.

Oswaldinho – O mecanismo substitutivo é absurdo, porque o projeto foi colocado lá, no Congresso, e já era. Aí, vem um tal de substitutivo da Alice Portugal, que não deu conta do imbróglio. Daí precisa do aval do Pedro Eugênio, que elaborou o outro substitutivo. E de quem será o próximo substitutivo? Para isso ser aprovado quando? E a gente fica aí a ver navios.



Ocupação da Funarte (Julho 2011)

O sentido da nossa luta é a Revolução.

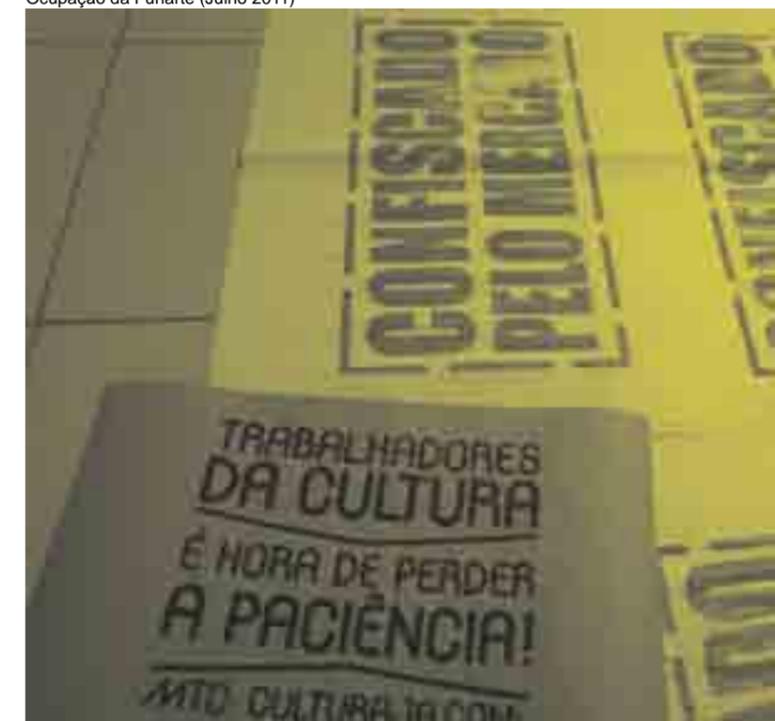
Fernanda – O que a Natália está falando é uma verdade. Mas entre oito ou oitenta, existe um lugar no meio, e esse lugar se chama Movimento Social, que é a saída e a entrada das coisas. Por isso que os movimentos são criminalizados ou cooptados, fazendo com que as pessoas que estavam lutando por questões de direito e de igualdade social mais ampla ficassem acomodadas. Então, a gente vive esse momento muito difícil no Brasil hoje em dia. Um momento de desorientação da esquerda no país. A pior doença é a que vem de dentro, o fogo amigo.

Natália – Termos, no mínimo, o ponto de vista da classe trabalhadora dentro do nosso trabalho.

Oswaldinho – Isso. Já que o espaço foi aberto vou ser bem ousado agora e dizer que o que a gente quer mesmo é se organizar pra destruir toda essa estrutura que não nos contempla.

Oswaldinho – No começo da conversa, a Fernanda pontuou uma coisa que precisamos ter pulsando em nossos corações, que é o entendimento desse estado que é burguês, e que não nos cabe. A nós, como militantes, resistentes, tentando um avanço, tentando pautar um recurso material mais honesto possível, só nos faz sentido ele vir se tivermos como premissa a Revolução. Porque para muitos companheiro e companheiras, isso sequer passa pela cabeça. Porque a estrutura do grupo é a mesma estrutura da empresa privada: só tem vez e voz os que mandam. Se for este o caso não faz sentido o avanço.

Ocupação da Funarte (Julho 2011)



Avançando a luta mesmo em condições adversas.

Pavanelli – E como saímos da Funarte em 2011?

Fernanda – A gente saiu da Funarte com uma grande manifestação estética e política, a ideia era essa. Saímos de um órgão público que é a Funarte e fomos até um Instituto privado, que é o Itaú Cultural, que usa dinheiro da Lei Rouanet para se autofinanciar. O Itaú Cultural movimenta a maior parte da verba. É a empresa, o banco, que mais movimenta dinheiro da Lei Rouanet para si mesmo, dentro de um mecanismo que já é cruel da renúncia fiscal. As empresas e os bancos descobriram uma forma de se autopatrocinar, ou seja, jogar para dentro de si mesmo dinheiro público, no seu próprio instituto cultural. Não tem nenhum interesse público.

Então, nós fomos caminhando da Funarte até o Itaú Cultural, e foi tudo muito bonito, muito lindo, muito bacana. Foi um momento de avanço político, tivemos discussões interessantes, como não tínhamos tido. Foi interessante. Daí, saímos de lá, fizemos uma super manifestação, mas nos falta dar continuidade às reflexões e às reivindicações tiradas desse momento. Então, o meu encaminhamento é que a gente tem que apresentar um substitutivo ao ProCultura. Quem apresenta o substitutivo é o Movimento. Eu falo de Movimento como ferramenta de luta. E não é no abstrato que eu falo isso. A gente fala de mudança sistêmica, a gente tem que criar ferramentas para cessar isso aí, senão, a gente fica num plano que vão dizer que somos lunáticos.

E o que é um movimento social? As pessoas se organizam e dividem as tarefas: uma vai estudar a lei, a outra vai fazer os contatos com os parlamentares que têm interesse etc. Temos que nos organizar num movimento, fazer esse movimento crescer, se fortalecer. As pessoas têm que ter acesso à informação, à formação de forma democrática e sem hierarquias. E a gente tem que apresentar o substitutivo.

Oswaldinho – Mas aí temos outro desafio. Estamos falando em nome de São Paulo. Então, é nossa obrigação urgente fazer este substitutivo e apresentar como proposta do país, senão não faz sentido nenhum, pois cada estado tem suas especificidades. Temos que apresentar com esta força nacional para os caras falarem: “É o Brasil quem está apresentando e não São Paulo. Temos que considerar”.

Momento difícil para as esquerdas?

Boa hora para encenarmos a Revolução.

Natália – A RBTR vai se reunir em Santos. Estamos com a ideia do GT para construir documentos e coloquei isso na rede. O caminho, agora, é estudar o ProCultura. Ver as contradições e construir o nosso substituto. Porque se é o documento que vai pautar as políticas públicas do país, a gente tem que ter o dedo nisso, sim.

Fernanda – Não precisa inventar a pólvora. Então, fazer um movimento agora é muito difícil. A gente tem alguns lugares que já têm uma força. Então, por que não se juntar, e dizer: “Vamos lá! Que hoje é a Rede Brasileira de Teatro de Rua que está aparecendo como vanguarda”. Vanguarda no bom sentido da palavra. Então é isso se esse é o lugar, vamos lá!

A gente teve um debate com o José Arbex. Ele falou que estamos vivendo um momento político muito difícil. Então, a nossa tarefa é continuar eternamente o trabalho de formação cada vez mais consistente. Isso que vocês estão fazendo, esta revista, o jornal *A Gargalhada*, do Buraco do Oráculo, as nossas maneiras de levar isso adiante, a Mostra Lino Rojas, etc. E onde tem foco de força que seja revolucionário, a gente tem que ir e se juntar a ele.

A gente tem que ir nesses focos de revolução e tem que dar o apoio, unir forças. Se for isso que a gente tem que fazer agora, é isso que a gente vai fazer. Mas a gente vai fazer sem medo de ser minoria, porque grande parte das revoluções começaram com as “ditas” minorias. Que, na verdade, estavam representando grandes majorias que não tinham nem direito à palavra. Então, isso de nos chamarem de minoria é uma estratégia que se usa para tentar desmobilizar a gente. Muitas revoluções, muitos movimentos de esquerda começaram com minorias e cresceram porque os miseráveis são a maioria.

Ocupação da Funarte (Julho 2011)



MAIO

CICAS comemora quatro anos de luta com documentário e livro

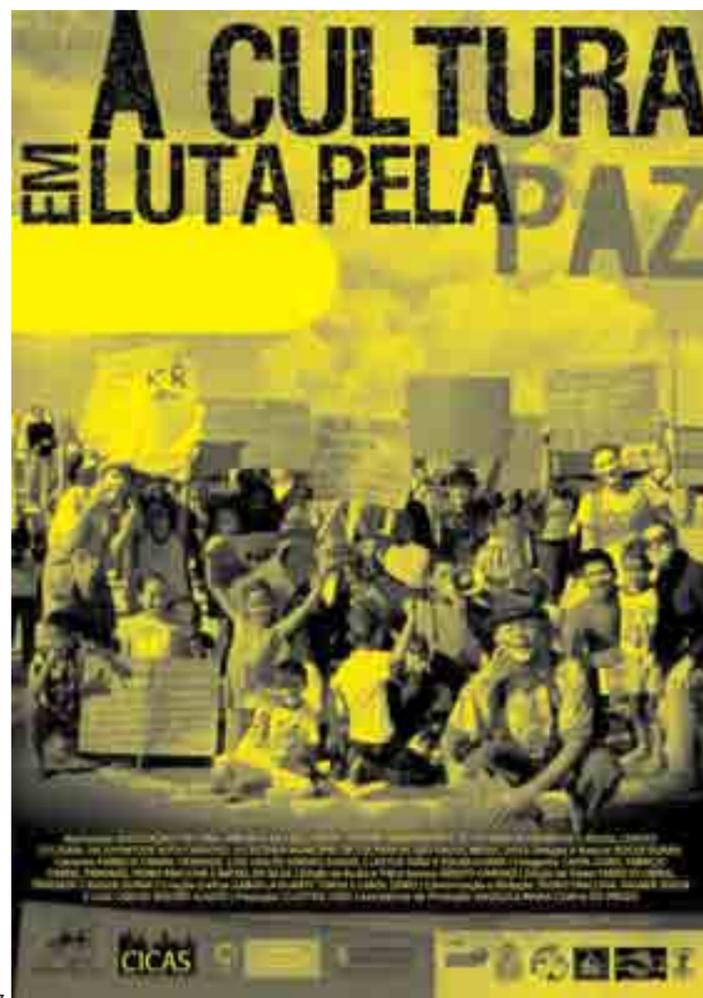
A *Cultura em luta pela paz* é o título do documentário produzido pelos coletivos CICAS – Centro Independente de Cultura Alternativa e Social – e pelo grupo de ativistas sociocultural Sinfonia de Cães. É também o nome do livro que o acompanha e que traz depoimentos e fotos de diversos colaboradores.

O documentário mostra parte da história do espaço CICAS e de alguns dos grupos e indivíduos que contribuíram para fortalecer a resistência cultural neste e em diversos outros locais que também sofrem ações de repressão por parte do poder público em diferentes momentos de suas existências.

A direção e o roteiro são de Roger Duran. E a estreia aconteceu no dia 27 de maio de 2011, no Anfiteatro do Centro Cultural da Juventude.

A realização do documentário integra o projeto Primeiras Obras do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso.

O CICAS completa quatro anos de resistência e luta cultural. Seu espaço surgiu da revitalização de um galpão abandonado na Zona Norte da cidade. Sua gestão é em caráter colaborativo e reúne uma vasta rede de grupos culturais.



Arte: A Cultura em Luta pela Paz



BaZar BaZar na sede do Núcleo Pavanelli-2011

JUNHO

Projeto Bazar na sede do Núcleo Pavanelli

Aconteceu na sede do Núcleo Pavanelli o XI e XII BAZAR BAZAR. Criado em 2002 com a intenção de fomentar os trabalhos de um grupo de artistas que atualmente constitui o Núcleo Cênico Projeto Bazar, o BAZAR BAZAR é também um sarau artístico e integrou a programação da III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte com a participação especial da Escola Livre de Música São Marcos e a exibição do documentário *A Cultura em Luta pela Paz*, produzido pelo coletivo musical Sinfonia de Cães.

JULHO

Decreto municipal coloca artistas de rua em liberdade condicional

DECRETO Nº 52.504, DE 19 DE JULHO DE 2011

Disciplina a utilização de vias e logradouros públicos da Cidade de São Paulo para a apresentação de artistas de rua.

Para o governo municipal da cidade de São Paulo, o Artista de Rua conquistou seu direito de manifestar-se livremente nas ruas, praças e parques públicos.

Viva!

Pena que não seja bem assim.

Seria cômico se não fosse trágico. Num país que se diz democrático, e que tem escrito na sua constituição, artigo 5º “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*” nós, artistas de rua e fazedores de teatro de rua, precisamos que o poder público municipal baixasse um decreto, o de número 52.504.

Como diz Amir Haddad “Não nos liberta totalmente, mas estão tão somente criando regras que nos enquadram e limitam nossa liberdade de manifestação. Estão nos dando liberdade condicional e o que nós queremos é liberdade plena”.

O mestre falou, **tá falado**.

Continuamos atentos! O Movimento de artistas de rua, junto com o Movimento de Teatro de Rua de São Paulo, está acompanhando um projeto de lei em fase de consulta em audiências públicas, na Câmara Municipal de São Paulo.

Liberdade plena para os artistas de rua e os fazedores de teatro de rua de todo Brasil e para todos os cidadãos e cidadãs que sentirem necessidade de se expressar em praça pública.

Viva a liberdade de expressão!

ACONTECEU

21 de novembro

Seminário “Ocupação Artística dos Espaços Públicos”.

O Seminário divulgou e discutiu o Projeto de Lei Municipal 489/2011, que trata da liberdade de expressão artística dos artistas de rua. Esse projeto de lei tem como objetivo ampliar e reforçar de forma definitiva o decreto assinado por Kassab em junho, um tanto limitado e, mais importante, temporário.

Local: Câmara dos Vereadores - São Paulo

Certidão de nascimento ou atestado de óbito?

Roman Lopes

Artista e integrantes da TAZ.

<http://tazguarulhos.blogspot.com/>

tazguarulhos@gmail.com

A segunda maior economia do Estado e uma das maiores do país tem um dos maiores índices de pobreza. Tem o maior aeroporto do país e um dos maiores da América Latina, mas tem um sistema de transporte público que *seria cômico, se não fosse trágico* (desculpe Dürrenmatt, mas eu não poderia perder a oportunidade).

Uma metrópole com mentalidade provinciana. Um parque industrial controlado por coronéis. Enfim, uma terra cheia de contradições... Isso é Guarulhos.

Nessa terra de poucos alguéns e muitos ninguéns, a Arte e as manifestações culturais em geral não poderiam seguir por um caminho muito diferente: o da piada de mau gosto.

A nossa Secretaria de Cultura é um palácio de espelhos, plantado em um dos cantos de um centro cultural que parece um gigante adormecido. Não é à toa que se chama Adamastor (Camões deve estar se revirando no túmulo).

Os habitantes desse lugar parecem almas penadas, vagando sem rumo e sem saber o que fazer, somente esperando as ordens do todo poderoso Sr. Hélio Arantes, o Secretário de Cultura, um neoliberal metido a bolchevique e um filósofo de fotonovela. Enfim, um personagem de uma grande tragédia ou de uma comédia *pastelão* (o termo cai bem à figura).

O grande problema é que nesse espetáculo ele é o protagonista.

Guarulhos tem o FUNCULTURA, um fundo municipal que financia atividades culturais. O dinheiro destinado anualmente a esse fundo é ridículo. Equivale a aproximadamente 3% do orçamento da Cultura e deve atender a todas as atividades culturais do município, incluindo todas as linguagens artísticas e as ações relacionadas ao patrimônio cultural.

Nessa conta só não entram as atividades de marketing político e as ações relacionadas à indústria cultural. Para isso existe bastante dinheiro. Foram gastos vários milhões de reais em aluguel de equipamentos de som para shows.

Aliás, um show, com duração de aproximadamente 50 minutos, de uma celebridade da indústria cultural custa quase a mesma coisa que a verba anual destinada ao FUNCULTURA.

Guarulhos tem uma Lei de Fomento ao Teatro e à Dança aprovada no final de 2009. Só que a lei só existe no papel. Isso já foi motivo para manifestações dos artistas da cidade, abaixo-assinado, denúncia no Ministério Público, arquivamento. Uma série de atos e fatos.

E o Sr. Todo Poderoso Hélio Arantes, no alto do palácio de espelhos, resolveu depois de muita briga e muita indiferença, contar mais uma de suas piadas pseudo-socialistas, essa é mais uma das características desse personagem grotesco. Resolveu atrelar a verba do FUNCULTURA à Lei de Fomento, usando o argumento de que a lei permite isso. Mas o dinheiro já não era pouco?

Em meio a esse cenário surreal, surge um grupo, ou um coletivo, ou um bando, ou TAZ: Zona Autônoma Temporária. Em inglês, *of course*. Poderia muito bem ser realmente um demônio ou um personagem de desenho animado.

A TAZ não tem forma, cor, credo, opção sexual ou política. É a reunião de pessoas, nesse caso específico de artistas, que têm um objetivo: falar e fazer ARTE.

Para isso, fazemos reuniões, rodas de conversas, encontros, manifestações públicas. Até já servimos café para as pessoas na rua. Conseguimos algumas coisas nessa nossa curta existência de pouco mais de um ano. Fizemos um abaixo-assinado importante; instauramos um inquérito contra o secretário de cultura; saímos na imprensa; conseguimos ser recebidos pelo Todo Poderoso e até por outros políticos da cidade. Viramos quase celebridades.

Mas não é nada disso que queremos. O que as pessoas que fazem parte da TAZ querem é somente poder ver a Arte acontecer nessa cidade tão carente de perspectivas e tão cheia de sujeiras. Haja tapete para varrer tudo isso para baixo!

Queremos que exista nesta cidade uma política cultural verdadeira, destinada a oferecer à população o acesso real à Arte. E, aos artistas, condições reais de exercerem suas atividades. Será que isso é pedir muito?

Esse é o documento desta cidade chamada Guarulhos. Só não sabemos se esse documento representa a nossa vida ou a nossa morte. Isso só o tempo dirá...

A ancestralidade que uma canção carrega

Charles Razsl

“Se você tem uma ideia incrível, é melhor fazer uma canção. Está provado que só é possível filosofar em alemão”,
(“Língua”, Caetano Veloso).

É interessante notar toda a gama e força das imagens, lugares, memórias, dramaturgias e até filosofias que podem ser transportadas em apenas três minutos por meio de uma simples canção.

Essa maneira brasileira de trançar palavras, melodias e ritmos tem a capacidade de sintetizar uma grande carga de complexidade, a ponto de tornar cancionista o baiano filósofo.

É com essa crença que temos nos debruçado sobre a linguagem musical e buscado atingir os corações e mentes que passam pelas praças em que nos apresentamos.

Todo o trabalho musical realizado na Cia. Pavanelli passa, invariavelmente, por exercícios técnicos com a voz e todo o corpo (que é muito usado como recurso percussivo), por dinâmicas de grupo (que visam sobreposição/contraponto de sons), por desenvolver técnicas específicas de instrumentos convencionais (alfaia, zabumba, triângulo, violão, caixa, ganzá, entre outros) e muita discussão para avaliar a pertinência dessa abordagem.

Outra parte muito significativa do processo são os intercâmbios com outros grupos que promovem uma troca muito rica de pontos de vista e em diversos âmbitos, do pedagógico ao artístico, do político ao filosófico.

Minha vontade, como diretor musical, é convidar a todos e todas, nos ensaios e nas apresentações, para navegar um pouco dentro da nossa canoa nesse urbano mar e fazer flutuar as certezas para ver o que está debaixo delas. É provocar a participação do espectador (a) e fazer com que nossa história seja somada à sua individualidade e, com isso, fazer surgir uma terceira história em comum.

Nosso alvo é a alma do transeunte e, para tanto, haja alma e técnica para cultivar a troca entre os trabalhadores (artistas ou não) em meio aos ruídos movidos a diesel e gasolina.

Nosso veículo é nossa expressão. Nosso motor é nossa fé na arte, alimento que transforma o que já sabemos.



Movimento Escambo. Espetáculo: O Casaco de Urdemales (2011)

Escambo em Sampa

São Paulo acolhe e aplaude a trupe do Movimento Escambo

O Movimento Popular Livre de Rua Escambo esteve em travessia pelo Nordeste e Sudeste do Brasil de julho a agosto com o espetáculo *Casaco de Urdemales*.

Em São Paulo, o Núcleo Pavanelli teve a oportunidade de receber seus integrantes por uma semana em sua sede. E o espetáculo foi incluído na programação da III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte.

Vivemos essa feliz experiência de troca e só temos a agradecer e querer mais, pois temos a certeza de que todos merecem o Escambo.

Para quem quer saber mais sobre o Escambo, Junio Santos enviou para esta *Poética da Rua* o histórico do movimento. E como não poderia deixar de ser, fiel ao criador e ao seu estilo imprevisível e safo, o texto é na linguagem do cordel. Deleitem-se, caros leitores.

Escambo em Cordel

Junio Santos

1

Pedindo licença Pra Versejar

Peço licença a Janduís
A Bosco, Valdécio e Toinho
Zé Bezerra, Almeida, Leandro
Marcos, Aurino, Raimundinho
Rhuan, Braga e Dadá
Pra sobre o escambo versar
Com orgulho e com carinho

2

Pra licença ser profunda
Ainda preciso rogar
A Berg, Bira, D. Lôra
Ao povo desse lugar
Ao poeta Ray Lima
Que inspira essa rima
Com seu belo versejar

3

Licença, peço a todo
Que atijam essa memória
Com orgulho sem vaidade
Na luta árdua sem glória
Ocupando rua e praça
Com poesia, arte e graça
Construindo a própria história

4

Intento com esse cordel
Alguns fatos registrar
Vividos pelo Escambo
Quando chegou pra brincar
Mesmo com dificuldade
Em mais de trinta cidade
Aonde foi Escambar

5

Com certeza será pouco
Mas terá a consistência
De quem viveu cada um
E guarda na consciência
Lances e flash da história
Que não saem da memória
Que habitam nossa vivência

6

Pré-História do Escambo

Começo pelo pré – escambo
No final dos anos oitenta
Janduís vira poesia
Carnaúba se orienta
Na arte do velho palhaço
As duas vão pro abraço
Juntando as vestimentas

7

Rola o primeiro encontro
A meninada em ação
Palhaço, capoeira e poesia
Conversa, roda, empolgação
Cortejo e felicidade
Preenche a pequena cidade
Perdida lá no sertão

8

Já não tem pão
Mas tem a arte
Em toda parte
Desse sertão
Pisando o chão
Com liberdade
Com a majestade
De um bufão

9

E rolou muita conversa
Sonhos paridos na varanda
Janduís sai da inércia
A poesia agora anda
Pelas ruas do nordeste
Pelas bocas do sudeste
Na melodia da ciranda

10

Enquanto isso em Natal
A Cia. Alegria Alegria
Com fita, burrinha e Boi
Suas praças preenchia
Com um teatro aguerrido
Forte e comprometido
Cheio de muita ousadia

11

Em Lagoa Nova, o Baraúnas
Com Raimundo de Bezinha
Clamava pela Lagoa
Montava Casa de Farinha
Misturava poesia e palhaço
Ocupava os espaços
Usava tudo que tinha

12

Mossoró também se agitava
Terra já era Arruar
Arruar virou Escarcéu
Encheu de festa o ar
O teatro de rua chegou
O povo se encantou
E até hoje tá por lá

13

E o restante do Rio Grande
Da Paraíba, do Ceará
Onde estavam os grupos ?
Como os encontrar ?
Pra isso surgiu o Escambo
Uma festa, um Ditirambo
Um Movimento Popular

14

1º Escambo – 28 de abril a 01 de maio de 1991 – Janduís-RN
Primeiro aportou em Janduís
Conhecida pela violência
Encravada no polígono da morte
Sofrendo as consequências
De ter um governo diferente
Feito de Gente Pra Gente
Com honestidade e decência

15

Foram três dias latentes
De uma resistente tensão
Visitamos casa a casa
Fazendo produção
Conseguindo figurino
Pra meninas e Pros meninos
Por o teatro no chão

16

Rodas espetaculares
Público de arrepiar
Aplausos soltos no ar
Ginga dos potiguares
Peso nos calcanhares
Seguram com força a arte
Apertem-se os talabartes
Alguém se pôs a gritar
O Escambo vai continuar
Tremulem os estandartes.

17

2º Escambo – Carnaúba dos Dantas-RN
Dali para Carnaúba
Terra de muitos Dantas
Onde a pedra da Rajada
Nos olhos da gente agiganta
O Monte do Galo reluz
A fé do povo traduz
E a cidade se encanta

18

Brota de tudo as vivências
De cortejo, direção
Corpo, voz, dramaturgia
Ator, interpretação
O sentido do artista
O vocabulário do Escambista
O porquê da Produção

19

E o povo se agita
Se desmancha em gentileza
Se encanta com a beleza
Dos figurinos de Chita
Com as palas cheias de fitas
Dos artistas ambulantes
Os Sátiros e as Bacantes
Da Mina Salgadinho
De todo burburinho
De um Escambo tão brilhante

20

**3º Escambo – 15 a 22 de janeiro
de 1992 – Icapuí-CE**

Definiu-se que Icapuí
Seria o nosso terceiro
No ano de noventa e dois
Em pleno sol de janeiro
E pra ficar mais bonito
Foi criado os Escambitos
Escambo pequeno e ligeiro

21

Houve em Janduís
Em Gov. Dix Sept Rosado
Até em Icapuí
Um também foi organizado
E o Escambo chegou na praia
De ônibus, carro e catraia
E gente de tudo que é lado

22

Era Semana Cultural
Comemorava-se a emancipação
A cidade estava em festa
Mas havia uma questão
Para os gastos cortar
O prefeito mandou fechar
A escola de Arte da Educação

23

Foi um Deus me acuda
Uma correria geral
E como era normal
Não negamos nossa ajuda
Pra dor não fica aguda
Pegamos um gravador
Para registrar a dor
Desse pacote imoral
O povo sentou o pau
E o Escambo Registrou

24

Houve outro momento
De fato espetacular
O Trilhas e Trilhas de Carnaúba
Com um teatro impopular
Mexeu na organização
Provocou a maior reunião
Que na nossa história há

25

Foi um Escambo enorme
Soprado pelo vento
Numa cidade bonita
Onde o mar caminha lento
Com um povo acolhedor
A maioria pescador
Dono do seu próprio tempo

26

**4º Escambo – 20 a 22 de julho/92
em Currais Novos**

Em plena festa de Santana
Nós chegamos por lá
Veio grupos do RN
Do Estado do Ceará
E ficamos hospedados
Muito bem instalado
No Conjunto JK

27

A noite o velho embate
Igreja versus escambista
A fé pisando artista
Com seu manto escarlate
Gente por toda parte
Um verdadeiro aluvião
Padre, Igreja e leilão
Um Céu com estrela e lua
E nós meio da rua
Com teatro e muita ação

28

Teve grandes espetáculos
Debates de arrepiar
Uma programação noturna
De fato espetacular
Um bar todo ornamentado
Pro escambo preparado
O verdadeiro ESCAMBAR

29

Ali reinou o teatro
A música, a poesia
Os cortejos ruas afora
A dança, a euforia
Um movimento popular
Que surgiu pra embalar
A arte com alegria

5º Escambo – Natal-RN-1993

30

A festa do interior
Chegava na capital
O único apoio que tinha
Era do movimento sindical
Assim 400 artistas
Todos escambista
Se espalhavam por Natal

31

Cada grupo em um sindicato
E os espetáculos de graça
Mais um Escambo livre
Feito no peito e na raça
Bancado por esse povo
Que entre o velho e novo
Com arte ocupa as praças

32

Ali nos organizamos
Pra luta continuar
Definimos o Escamboise
Quem dele iria cuidar
Afinamos os escambitos
Acalmamos os conflitos
Afinamos o versejar

33

6º Escambo –Caicó-RN - 1994

Com o saudoso Paulinho
E o companheiro Kikiu
Aportamos em Caicó
Para mais um desafio
E no Bairro da Paraíba
Sem medo da pindaíba
Começamos o desvario

34

Foi um escambo de festa
Com mais de 15 função
O bairro inteiro na rua
Assistindo com empolgação
Um teatro diferente
Feito de gente pra gente
Criado pelo povão



Encontro da RBTR em Teresópolis-RJ (2009)

OUTUBRO

RBTR realiza 9º Encontro e lança Carta e Manifesto

O nono Encontro da Rede Brasileira de Rua - RBTR reúne militantes em Teresópolis, Rio de Janeiro, e lança manifesto.

Nele, a RBTR exige que se retire o Prêmio do Teatro Brasileiro do texto do ProCultura e propõe que ele seja transformado em lei específica, com dotação orçamentária própria e financiamento direto.

O texto faz questão de lembrar que “o poder público não deve e nem pode abrir mão de suas responsabilidades para a manutenção e apoio das atividades artísticas populares que não tem como premissa gerar lucro ou produzir mercadorias”.

No mesmo encontro foi elaborado outro documento igualmente importante tanto para os objetivos da Rede como para as atividades artísticas que têm na rua seu espaço privilegiado: A Carta de Teresópolis.

Ela começa lembrando que a RBTR é um “espaço físico e virtual democrático e inclusivo” do qual fazem parte “grupos de teatro, artistas-trabalhadores, pesquisadores e pensadores envolvidos com o fazer artístico da rua”.

Depois de descrever a maneira como no contexto da Rede se dá a interação entre seus integrantes e como as decisões são tomadas, a carta enumera ponto a ponto sua missão.

A *Poética da Rua* transcreve a seguir a íntegra do Manifesto e da Carta de Teresópolis, de acordo com as redações finais aprovadas no Encontro.

Texto do Manifesto de acordo com a redação original.

MANIFESTO REDE BRASILEIRA DE TEATRO DE RUA

A Rede Brasileira de Teatro de Rua - RBTR, um espaço físico e virtual de organização horizontal, sem hierarquia, reunida de 27 a 30 de outubro de 2011, na Aldeia Cultural Casa Viva, Cidade de Teresópolis, RJ, em seu 9º Encontro, tendo em vista, sua luta por políticas públicas culturais com investimento direto do Estado que garantam o direito à produção e ao acesso aos bens culturais a todos os cidadãos brasileiros e;

Considerando que o Teatro de Rua é um símbolo de resistência artística, comunicador e gerador de sentido, além de ser propositor de novas razões no uso dos espaços públicos abertos, democrático e inclusivo.

Considerando que nossa atividade artística, que compreendemos como “Arte Pública”, não se enquadra neste sistema de financiamento perverso baseado na lei de renúncia fiscal que vem sendo proposto e defendido por este governo.

Considerando uma luta histórica que vem sendo travada por mais de dez anos pelos movimentos teatrais e artísticos organizados por todo Brasil, que visam a criação e manutenção de programas de fomento as artes, vinculado a uma política de estado para cultura.

Considerando, por último, nossa posição pela extinção da Lei Rouanet e de quaisquer mecanismos de financiamentos que utilizem a renúncia fiscal, por compreendermos que a utilização da verba pública deve dar-se através do financiamento direto do Estado com regras claras e transparentes e com a participação da sociedade civil organizada,

Exigimos a retirada do texto do Prêmio Teatro Brasileiro do Projeto de Lei, denominado: PROCULTURA e que o mesmo seja transformado em lei específica com dotação orçamentária própria e com financiamento direto, pois acreditamos que o poder público não deve e nem pode abrir mão de suas responsabilidades para a manutenção e apoio das atividades artísticas populares que não tem como premissa gerar lucro ou produzir mercadorias.

“A Arte Pública não é e não pode ser produção do poder público. Não é! Mas, cabe ao poder público reconhecer sua existência e importância”.

*(Amir Haddad – Ator e Diretor Teatral – Fundador:
Grupo Tá Na Rua – RJ).*

Teresópolis - RJ - 30 de outubro de 2011
Rede Brasileira de Teatro de Rua.

Texto de acordo com a redação original.

CARTA DE TERESÓPOLIS

A Rede Brasileira de Teatro de Rua - RBTR, criada em março de 2007, em Salvador/Bahia, é um espaço físico e virtual de organização horizontal, sem hierarquia, democrático e inclusivo. Todos os grupos de teatro, artistas-trabalhadores, pesquisadores e pensadores envolvidos com o fazer artístico da rua, pertencentes a RBTR podem e devem ser seus articuladores para, assim, ampliar e capilarizar, cada vez mais reflexões e pensamentos, com encontros, movimentos e ações em suas localidades.

O intercâmbio da Rede Brasileira de Teatro de Rua ocorre de forma presencial e virtual, entretanto toda e qualquer deliberação é feita nos encontros presenciais, sendo que seus articuladores farão, ao menos, dois encontros anuais de forma rotativa de maneira a contemplar todas as regiões brasileiras, valorizando as necessidades mais urgentes dentro do país. Os articuladores de todos os Estados, bem como os coletivos regionais, deverão se organizar para garantir a participação nos encontros, além da continuidade dos trabalhos iniciados nos Grupos de Trabalhos (GT's), a saber: 1) Política e Ações estratégicas; 2) Pesquisa; 3) Colaboração artística; 4) Comunicação.

A Rede Brasileira de Teatro de Rua reunida de 27 a 30 de outubro de 2011, na Aldeia Cultural Casa Viva, Cidade de Teresópolis, RJ, em seu 9º Encontro reafirma sua missão de:

- Reafirmar a necessidade por um mundo socialmente justo e igualitário que respeite as diversidades;
- Contribuir para o desenvolvimento do fazer teatral de rua, possibilitando as trocas de experiências artísticas e políticas entre os articuladores da rede;
- Lutar por políticas públicas culturais com investimento direto do Estado por meio de fundos públicos de cultura, garantindo assim o direito à produção e ao acesso aos bens culturais a todos os cidadãos brasileiros;
- Lutar pelo livre uso dos espaços públicos abertos, que garanta a prática artística, considerando as especificidades dos diversos segmentos das artes cênicas e respeitando o artigo 5º da constituição brasileira*.

Os articuladores da Rede Brasileira de Teatro de Rua, com o objetivo de construir políticas públicas culturais mais democráticas e inclusivas, defendem:

- A criação da Lei que instituirá o Programa de Fomento ao Teatro de Rua do Brasil com o financiamento direto do Estado que contempla: produção, circulação, formação, trabalho continuado, registro e memória, manutenção, pesquisa, intercâmbio, vivência, mostras e encontros de teatro de rua, levando em consideração as especificidades de cada região (ex: custo amazônico);

- Debater e criar junto ao poder público, marcos legais para plena utilização dos espaços públicos abertos, extinguindo todas e quaisquer cobranças de taxas, bem como a excessiva burocracia para as apresentações de artistas trabalhadores de rua;

- Ocupar prédios passíveis de serem considerados de utilidade pública e que não cumprem sua função social, transformando-os em sedes de grupos que desenvolvam ações continuadas;

- Que os editais federais sejam publicados no primeiro trimestre de cada ano com maior aporte de verbas, liberadas sem atrasos, respeitando-se os prazos estipulados pelo edital e a publicação da lista de projetos contemplados e

suplentes, e a divulgação de parecer técnico de todos os projetos avaliados pela comissão;

- Que os editais sejam estruturados e divididos, pensando as realidades de cada Estado, e que sejam criadas comissões igualmente regionalizadas e indicadas pelos movimentos artísticos organizados de cada região, bem como a criação de mecanismos de acompanhamento e assessoramento

dos artistas-trabalhadores e grupos fazedores das artes cênicas da rua;

- A representatividade do teatro de rua nos colegiados setoriais e conselhos das instâncias Municipal, Estadual e Federal;

- A aprovação e regulamentação imediata da PEC 150/03 (atual PEC 147), que vincula para a cultura, o mínimo de 2% do orçamento da União, 1,5% no orçamento dos estados e Distrito Federal e 1% no orçamento dos municípios;

- A criação de uma legislação específica para a cultura, já que a lei 8.666/93 não contempla as especificidades da área cultural;

- A extinção da Lei Rouanet e de quaisquer mecanismos de financiamentos que utilizem a renúncia fiscal, por compreendermos que



Encontro da RBTR em Porto Alegre-RS (2010)



Encontro da RBTR em Arcozelo-RJ (2009)

a utilização da verba pública deve se dar através do financiamento direto do Estado, por meios de

programas e editais em formas de prêmios elaborados pelos segmentos organizados da sociedade;

- Que sejam incluídas dentro das Universidades, instituições de ensino e escolas técnicas, matérias referentes ao estudo do Teatro de Rua, da Cultura Popular Brasileira e do teatro da América Latina;

- A valorização e financiamento das publicações e estudos de materiais específicos sobre teatro de rua e manifestações da cultura popular e sua distribuição, respeitando sua forma de saber enquanto registro.

O Teatro de Rua é um símbolo de resistência artística, comunicador e gerador de sentido, além de ser propositor de novas razões no uso dos espaços públicos abertos. Assim, instituímos o dia 27 de março, dia mundial do teatro

e dia nacional do circo, como o dia de mobilização nacional por políticas públicas, e conclamamos os artistas-trabalhadores de rua e a população brasileira a lutarem pelo direito à cultura e à vida.

Reunidos nestes quatro dias, deliberou-se que os próximos encontros, em 2012, serão sediados nas cidades de Santos\ SP e João Pessoa\PB.

“Viva o Teatro de Rua!!!”

30 de outubro de 2011

Teresópolis – RJ

Rede Brasileira de Teatro de Rua – RBTR



ACONTECEU

Intervenção "O Povo Dança" - idealização : Brava Companhia
Participação: Núcleo Pavanelli, Cia. Estável de Teatro, Cia. Antropofágica, Engenho Teatral e Cia. Teatral Parlandas

AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO

Troca-troca artístico entre os grupos

Fizeram parte das ações do Núcleo Pavanelli em 2011 a troca artística entre grupos de teatro de rua o que implicou em passarmos alguns dias juntos preparando uma intervenção para rua.

Com a Cia. dos Inventivos e o Grupo Buraco d'Oráculo essa troca aconteceu sob o mesmo tema: "A insensibilidade e impotência da sociedade diante dos problemas sociais crônicos. Será que estamos virando pedra?".

A dinâmica com os dois grupos foi muito semelhante. Nos encontramos para debater o tema e fazer nossos treinamentos corporais e musicais. Escolhemos um local e fomos para a rua improvisar sob um roteiro preestabelecido.

Inspirados pela *Cenopoesia* de Ray Lima levamos músicas e poesias. Com a Cia. dos Inventivos a intervenção aconteceu em frente à estação de trem, na Lapa, Zona Oeste, e contou com a participação espontânea de um artista de rua que cantou músicas do seu repertório.

Com o Grupo Buraco d'Oráculo, companheiros de longa jornada, a intervenção foi no Largo do Rosário, na Penha, ZI. Misturados em verso, prosa e figurinos aprendemos, nos divertimos e nos comprometemos a repetir a dose.

Com a Brava Companhia nossa troca aconteceu de outra forma. Participamos por uma semana do ensaio do espetáculo que o grupo está montando, *Corinthians meu amor*, de César Vieira, fundador do grupo teatral União e Olho Vivo - TUOV.

Primeiro, assistimos um "corridão tosco", como eles chamaram, e conversamos um tempo sobre o que vimos. Depois, eles propuseram que nós participássemos da improvisação de duas cenas ainda não levantadas. E, por fim, nos apresentaram a cena final também inacabada.

No começo do ano tínhamos passado pelo processo inverso, estávamos em montagem quando recebemos grupos que falaram suas impressões e, por isso, tivemos o maior cuidado em falar tudo o que pensamos, mesmo parecendo a maior bobagem, porque sabemos que nessa fase até "cavalo tem chifre". Por fim, fomos para a rua com a intervenção proposta pela Brava: "E o povo dança!".

Uma das cenas do espetáculo consiste em uma resistência carnavalesca, foliões dançando em uma competição onde vence quem consegue dançar por mais tempo. Vários grupos participaram dessa intervenção que aconteceu no centro da cidade e foi filmada para ser inserida no espetáculo. Além de muito divertido, vimos novamente como é potente um grande número de artistas na rua. Principalmente artistas trabalhadores que sabem qual é a função social do teatro na nossa sociedade.

Dessa etapa da nossa jornada só nos resta agradecer aos grupos que abriram espaço nas suas agendas para nos receber, constatar a importância de aprender com o outro e de nos sentirmos um pouco mais ligados e protegidos por uma rede real de teatro de rua, rede esta que já está espalhada por todo Brasil.

Núcleo Pavanelli e Buraco d'Oráculo – Largo do Rosário - ZL (2011)



Núcleo Pavanelli e Cia. dos Inventivos – Tenda da Lapa - ZO (2011)



BREVIÁRIO

MOSTRAS - FESTIVAIS - ENCONTROS De dez 2010 a dez 2011

2010 Dezembro

Mostra de Teatro de Rua de São Miguel Paulista - São Paulo/ SP
Realização: Buraco d'Oráculo

2011 Janeiro

29º Encontro do Movimento Popular Escambo Livre de Rua - Guaramiranga - CE
Realização: Arteiros do Movimento Escambo

Fevereiro

Mostra Olho da Rua - Santos - SP
Realização: Trupe Olho da Rua

Março à Junho

Festival Rosa dos Ventos 12 anos - Presidente Prudente/ SP
Realização: Circo Teatro Rosa dos Ventos

Abril

30º Encontro do Movimento Popular Escambo Livre de Rua - Comemoração dos 20 anos do Movimento Escambo - Janduís - RN
Realização: Arteiros do movimento escambo.

3º Festival de Teatro de Rua de Porto Alegre

Realização: Sistema Fecomércio - RS, SESC - RS e Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre

Abril e maio

Circovolante - 3º Encontro Internacional de Palhaços

Abril a Junho

5ª Mostra de Teatro de Rua de Barueri - Barueri- SP
Realização: Secretaria de Cultura e Turismo

Abril a Novembro

Boa Praça - Rio de Janeiro- RJ
Realização: André Garcia, Leo Carnevale e Vinícius Longo

Maio

I Feira de Teatro de Rua de Sorocaba
Sorocaba - SP
Realização: Nativos Terra Rasgada

II Festival Cena Aberta de Teatro

Arcoverde - PE
Realização: Tropa do Balacobaco

8ª Galhofada

- Goiânia- GO
Realização: artistas e produtores culturais de Goiânia e cidades vizinhas

Mostra Cia. As Marias de Artes de Rua

São Bernardo do Campo - SP
Realização: Cia. As Marias

Julho

III Pantalhaços - Mostra de Palhaços do Pantanal
Mato Grosso do Sul
Realização: Circo do Mato Grupo de Artes Cênicas e Flor e Espinho Teatro

Mostra Militância Teatral na Periferia no Tusp

São Paulo - SP
Realização: Teatro da Universidade de São Paulo - TUSP

2º Encontro de Mamulengo

Realização: Mamulengo da Folia

Amazônia Encena na Rua

Realização: O Imaginário

III Encontro de Estudos Teatrais e 2º Fórum de Teatro de Rua "As Formas Fora da Forma"

Unesp - São Paulo-SP
Realização: Instituto de Artes da Unesp; MTR/ SP - Movimento de Teatro de Rua de São Paulo e NPPTTR - Núcleo Paulistano de Pesquisadores de Teatro de Rua

Julho e Agosto

III Mostra de Teatro de Rua da Zona Norte

São Paulo - SP
Realização: Núcleo Pavanelli de Teatro de Rua e Circo

Julho à Setembro

Mostra Beijola de Teatro de Rua São Paulo

São Paulo - SP
Realização: Cia. Humbalada

Agosto

Mostra: Grupo TIA 2011 - 7 anos de Persistência e pé na Tábua
Realização: Grupo TIA

Setembro

III Encontro de Teatro de Mauá

Mauá - SP
Realização: Cooperativa Paulista de Teatro
Correalização: Prefeitura de Mauá

4º Encontro Comunitário de Teatro Jovem da Cidade de São Paulo / São Paulo - SP

Realização: Pombas Urbanas

Setembro/Outubro

31º Encontro do Movimento Popular Escambo Livre de Rua

Carnaúba dos Dantas - RN
Realização: Arteiros do movimento escambo

Outubro

FESTCAMP- Festival Nacional de Teatro de Campo Grande

Campo Grande - MS
Realização: Espedito Di Montebranco (AACP- Associação Artística Cultural Palco de Artes Cênicas, Esporte, Lazer e Promoção Social) e Anderson Lima (Grupo Teatral Flor e Espinho)

Picicordelico - Encontro dos grupos de Circo, Brack, Teatro de Rua, Música, Dança, Quadrilha Junina, Áudio Visual, Grafite e Capoeira atuantes nas comunidades de Fortaleza Planalto do Pici - Fortaleza - Ce
Realização: Arteiros das comunidades

7ª Mostra de Referências Teatrais de Suzano

Suzano - SP
Realização: Contadores de Mentira
Correalização: Prefeitura de Suzano

Outubro e Novembro

II Litoral Encena

Caraguatatuba- SP
Realização: Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba

Novembro

XV Encontro Nacional de Teatro de Rua de Angra dos Reis

Angra dos Reis - Ilha Grande - RJ
Realização: Grupo Cutucurim e Prefeitura de Angra dos Reis

VI Festival dos Inhamuns: Circo, Bonecos e Artes de Rua

Realização: Arte Jucá

32º Encontro do Movimento Popular Escambo Livre de Rua - Recife - PE

Realização: Arteiros do Movimento Escambo, Movimento de Teatro Popular de Pernambuco e a Associação de Teatro de Olinda.

FESTCAL- Festival de Teatro de Campo Limpo - São Paulo - SP
Realização: Trupe Artemanha

VI Mostra de Teatro de Rua Lino Rojas - São Paulo-SP
Realização: Movimento de Teatro de Rua de São Paulo

9º Festival de Teatro de Rua de Recife
Realização: MTP- PE

Dezembro

Tomada Urbana - Ato III 2011 - Barra Mansa - RJ
Realização: Coletivo Teatral Sala Preta.

3º Fórum do Interior: Artes e Políticas Públicas

Realização: Andaime Teatro - Piracicaba; Barracão Teatro - Campinas; Grupo Engasgato - Ribeirão Preto; Circo Teatro Rosa dos Ventos - Presidente Prudente; São Genésio Cia. de Teatro - Hortolândia; Cia. de Teatro Fábrica São Paulo - São Paulo; Cia. Teatral "Ainda Sem Nome" - Ribeirão Preto; Cia. Teatro da Cidade - São José dos Campos; Trupe Olha da Rua - Santos; Grupo Fora do Sério - Ribeirão Preto; Cultura em Movimento - São José dos Campos e Federação Prudentina de Teatro - Presidente Prudente.

Durante todo o ano de 2011

Circuito Re-Praça

Realização: Buraco d'Oráculo

Mostra Tâmos Juntos

 - São Paulo/ SP

Realização: Ponto de Cultura Quilombaque

ESTREIAS DE TEATRO DE RUA - 2011

Nome do Grupo: **Grupo Manifesta** - São Bento do Sapucaí-SP

Nome do espetáculo: **Fuscalhaço**
Cidade de estreia: São Bento do Sapucaí-SP e São Paulo-SP
Idade do grupo: 21 anos

Nome do Grupo: **Grupo Mototóti**
Porto Alegre-RS

Nome do espetáculo: **i-Mundo**
Cidade de estreia: Porto Alegre-RS
Idade do grupo: 4 anos

Nome do Grupo: **Theatro Arte e Fogo**
Goiânia-GO

Nome do espetáculo: **O Grito das Águas**
Cidade de estreia: Goiânia-GO
Idade do grupo: 17 anos

Nome dos Grupos:

Companhia Ciranduíis de Janduís-RN

Companhia Arte e Riso de Umarizal-RN

Bando La Trupe de Natal - RN

Pintou Melodia na Poesia de Maranguape - CE

CERVANTES do Brasil de Icapuí-CE

Integrantes do Movimento Popular Escambo Livre de Rua

Nome do espetáculo: **Casaco de Urdemales**
Cidade de estreia: Janduís-RN
Idade do Grupo: Escambo Livre de Rua: 20 anos

Nome do Grupo: **Nativos Terra Rasgada** - Sorocaba-SP

Nome do espetáculo: **Ditinho e Curadô**
Cidade de estreia: Sorocaba-SP
Idade do grupo: 9 anos

Nome do Grupo: **Grupo Off-Sina** - Rio de Janeiro-RJ

Nome do espetáculo: **O Príncipe da Maçonaria**
Cidade de estreia: Rio de Janeiro-RJ
Idade do grupo: 24 anos

Nome do Grupo: **Grupo Chão** - São Paulo-SP
Nome do espetáculo: **Ruas de Barros**
Cidade de estreia: São Paulo-SP
Idade do grupo: 10 anos

Nome do Grupo: **Grupo TIA** - Canoas-RS
Nome do espetáculo: **Poesia em Movimento**
Cidade de estreia: Canoas-RS
Idade do grupo: 7 anos

Nome do Grupo: **Núcleo Cênico ProjetoBaZar** - São Paulo-SP

Nome do espetáculo: **A menina que foi arquivada**
Cidade de estreia: São Paulo
Idade do grupo: 5 anos

Nome do Grupo: **Cia. Estável de Teatro** - São Paulo-SP

Nome do espetáculo: **A Exceção e a Regra**
Cidade de estreia: São Paulo-SP
Idade do grupo: 10 anos

Nome do Grupo: **Barracão Cultural**
Campinas-SP

Nome do espetáculo: **O Tribunal de Salomão e o Julgamento das Meias - Verdades Inteiras.**
Cidade de estreia: São Paulo-SP
Idade do grupo: 10 anos

Nome do Grupo: **Grupo Teatral Parlendas** - São Paulo-SP

Nome do espetáculo: **Se eu fosse um marujo e soubesse remar...**
Cidade de estreia: Xapuri-AC
Idade do grupo: 4 anos

Nome do Grupo: **Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela** - Porto Alegre-RS

Nome do espetáculo: **"Futebol Nossa Paixão"**
Cidade de estreia: Porto Alegre-RS
Idade do grupo: 3 anos

Nome do Grupo: **Grupo Ueba Produtos Notáveis** - Caxias do Sul-RS

Nome do espetáculo: **O Bom Quixote - Delírio Urbano**
Cidade de estreia: Caxias do Sul-RS
Idade do grupo: 7 anos

Nome do Grupo: **Cia. Circo Teatro Capixaba** - Comunidade de Patrimônio da Penha, Divino de São Lourenço-ES

Nome do espetáculo: **O Drama de Orfeu**
Cidade de estreia: Comunidade de Patrimônio da Penha, Divino de São Lourenço-ES
Idade do grupo: 9 anos

Nome do Grupo: **Núcleo Pavanelli de Teatro de Rua e Circo** - São Paulo-SP

Nome do espetáculo: **Aqui não, Senhor Patrão!**
Cidade de estreia: São Paulo-SP
Idade do grupo: 13 anos

Nome do Grupo: **Cia. Teatro dos Ventos** - Osasco-SP

espetáculos: **O Preço do Feijão, uma História de Anarquistas Sonhadores e de Todos Nós e Um Conto de Natal**
Cidade de estreia: Sorocaba-SP
Idade do grupo: 12 anos

Grupo: **Cia. dos Inventivos** - São Paulo-SP

Nome do espetáculo: **Bandido é quem anda em Bando**
Cidade de estreia: São Paulo-SP
Idade do grupo: 7 anos

Grupo: **Trupe Artemanha de Investigação Urbana** - São Paulo-SP

Nome do espetáculo: **Vi Makunaima na Rua**
Cidade de estreia: São Paulo-SP
Idade do grupo: 15 anos

PRÉ-ESTREIA

Grupo: **Brava Companhia** - São Paulo-SP
Nome do espetáculo: **Corinthians Meu amor - Segundo Brava Companhia**
Cidade de pré-estreia: São Paulo-SP
Idade do grupo: 13 anos

AGRADECIMENTOS

Adailton Alvez, Alexandre Mate, Alexandre Krug, Angélica Maria do Prado, Amir Haddad, Áurea Kápor, Augusto Brites, Babalu, Calixto de Inhamuns, Carlos Colabone, Carol Doro, Celso Oito, César Vieira, Chico Pelúcio, Douglas Salgado, Edson Paulo, Elton Maioli, Fernanda Azevedo, Fernando Neves, Fernando Mastrocolla, Fernando Brother, Flávio Galvão, Giancarlo Carlomagno, Hélio Fróes, Jacinto Matinez, Juninho Cendro, Juliano Espinho, Kelly Romero, Lagoa, Leonardo Lessa, Luciene Borges, Luiz Carlos Checchia, Osvaldo Pinheiro, Marcos Brites Pavanelli, Mário Bolognesi, Márcio Silveira, Marilena Cammaroto, Marisabel Lessa, Mauricio Santana, Natália Siufi, Ney Rodrigues, Rafael Guedes, Roger Duran, Selma Pavanelli, Solita Pavanelli, Sr. Antônio e Sr. Martim (Barbearia), Suani Correa, Taiguara B. de Oliveira, Teresa Brites, Thomas Holesgrove, Valter (mecânica), Vanéssia Gomes e Wiliam Rodrigues.

Brava Companhia, Buraco d'Oráculo, Cia. Antropofágica, Cia. Arte Tangível, Cia. dos Inventivos, Cia. Estável de Teatro, Cia. Ocamorana, Cia. Opereta, Cia. Os Insurgentes, Cia. Teatro dos Ventos, Circo Teatro Rosa dos Ventos, Cia. Teatral Parlandas, Cia. Kiwi de Teatro, Como lá em Casa, Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Teatro, Escola Livre de Música São Marcos, Grupo Alma, Grupo Mototóti, Nativos Terra Rasgada, Mamulengo da Folia, Movimento Escambo Popular Livre de Rua (Companhia Ciranduis, Bando La Trupe, Companhia Arte e Rizo, Pintou Melodia na Poesia e Cervantes do Brasil) Pombas Urbanas, Populacho e Piquenique, Projeto Bazar, Quarteto Trio Los Dos, Tá na Rua, TUOV, Trupe Artemanha e Trupe Olho da Rua - Santos/ SP.

CICAS, Cooperativa Paulista de Teatro, Fatec Zona Sul, Galpão Cine Horto, Grêmio Esportivo Vila Harding, UNESP, Ponto de Cultura Quilombaque, Projeto Espremedor, Restaurante Costa & Costa (Bigode), Sarau Poesia na Brasa e Sinfonia de Cães.

Contato

Produção
Simone Brites Pavanelli
pavanelli@nucleopavanelli.com.br
(11) 6563-9248

www.nucleopavanelli.com.br



Realização



Parceria



Apoio

